RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO 2008

Recife, fevereiro de 2009

COMPOSIÇÃO DA GESTÃO - 2008

Conselheiro SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Presidente

Conselheiro FERNANDO JOSÉ DE MELO CORREIA
Vice-Presidente

Conselheira MARIA TERESA CAMINHA DUERE
Corregedora-Geral

Conselheiro CARLOS PORTO DE BARROS
Ouvidor-Geral

Conselheiro VALDECIR FERNANDES PASCOAL
Diretor-Geral da Escola de Contas Públicas Prof. Barreto Guimarães

Conselheiro ROMÁRIO DE CASTRO DIAS PEREIRA
Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro MARCOS COELHO LORETO
Presidente da 2ª Câmara

LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI
Auditor Geral

CRISTIANO DA PAIXÃO PIMENTEL
Procurador Geral

OSVALDO GOUVEIA DE OLIVEIRA
Diretor Geral

TACIANA MARIA DA MOTA SILVEIRA
Diretora Geral Adjunta

JOSÉ DEODATO SANTIAGO ALENCAR BARROS
Diretor de Plenário

MARIA LUCIENE CARTAXO FERNANDES BEZERRA
Coordenadora de Controle Externo

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA
Coordenador de Administração Geral

MARIA TERESA SILVA DE MOURA
Coordenadora de Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **4**

1. INTRODUÇÃO **5**

2. GESTÃO ESTRATÉGICA **6**

2.1. PLANO ESTRATÉGICO 6
2.2. MODELO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO 8
2.3. PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA 2008 11

3. PERSPECITVA: SOCIEDADE **15**

3.1. CONTROLE SOCIAL 15
3.2. EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO 19

4. PERSPECTIVA: CLIENTES **24**

4.1. MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA 24
4.2. INTEGRAÇÃO COM CLIENTES E PARCEIROS 26
4.3. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA 26

5. PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS **28**

5.1. CELERIDADE NOS PROCESSOS FINALÍSTICOS 28
5.2. QUALIDADE NOS PROCESSOS FINALÍSTICOS 33
5.3. COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA 33
5.4. GESTÃO DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES 35
5.5. GESTÃO ADMINISTRATIVA 35
5.6. GESTÃO FINANCEIRA 36

6. PERSPECTIVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO **46**

6.1. GESTÃO POR PROCESSOS DE TRABALHO 46
6.2. GESTÃO DO CONHECIMENTO 46
6.3. APRIMORAR A ATUAÇÃO CONCOMITANTE 48
6.4. GESTÃO DE PESSOAS 49

7. ATOS NORMATIVOS DO EXERCÍCIO **50**

8. CONCLUSÕES **52**

Anexo 1 – Organograma

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, cumprindo o que determina a legislação apropriada, em especial a Resolução TC nº 20/2008, de 17 de dezembro de 2008, entrega à Assembléia Legislativa de Pernambuco o Relatório de Desempenho da Administração do exercício 2008.

Esse relatório apresenta informações que permitem tanto a Assembléia Legislativa, como a sociedade avaliar o desempenho do Tribunal.

SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Conselheiro Presidente

1. INTRODUÇÃO

Este relatório de atividades atende ao que determina o parágrafo 4º do artigo 30 da Constituição do Estado de Pernambuco, "O tribunal encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades", e ao art. 29 da lei nº 12.640/04 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) –, "O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco encaminhará à Assembléia Legislativa relatório trimestral de suas atividades e, anualmente, até 15 de fevereiro, cópia de sua Prestação de Contas".

O TCE-PE tem sede na Rua da Aurora, onde estão localizados edifícios Dom Helder Câmara (prédio sede) e Nilo Coelho. Na Avenida Mário Melo encontram-se a Escola de Contas Professor Barreto Guimarães e o Anexo I. Funcionam na Rua Joaquim Nabuco as Inspetorias Regionais Metropolitanas Norte e Sul e ainda existem outras sete Inspetorias no interior do Estado localizadas em Bezerros, Palmares, Surubim, Arcoverde, Garanhuns, Salgueiro e Petrolina.

No item 9 desse relatório encontra-se o organograma do TCE-PE com a discriminação dos órgãos superiores, originários

Para elaboração desde documento procurou-se obedecer à lógica do novo Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, sendo organizado segundo as perspectivas do Mapa Estratégico:

- Sociedade;
- Clientes;
- Processos Internos e
- Aprendizagem e Crescimento.

A perspectiva "Aprendizagem e Crescimento", base para todo o modelo, é voltada para o aprimoramento técnico de procedimentos, de pessoas, do conhecimento institucional e da gestão. A perspectiva "Processos Internos" compreende o refinamento dos processos de trabalhos, bem como de sua qualidade e celeridade, da gestão de dados e informações, da comunicação interna e externa e da própria gestão estratégica. Por sua vez, a perspectiva "Clientes" é orientada para a permanente melhoria das relações institucionais do Tribunal, oferecendo produtos adequados às necessidades de seus clientes e colaborando com os jurisdicionados para a melhoria de sua gestão. A perspectiva Sociedade é entendida como sendo o espaço em que o Tribunal se apresenta à população por intermédio da efetividade do controle externo, buscando interagir e obter sua solidariedade para o controle social dos vários segmentos da administração pública. É evidente que essa visibilidade e identificação com a sociedade é decorrente das apropriações realizadas nas perspectivas anteriormente mencionadas.

Em cada uma dessas perspectivas estão descritas as principais ações e projetos desenvolvidos no exercício de 2008.

2. GESTÃO ESTRATÉGICA

Muitas organizações se dedicam de forma acertada a desenvolver uma ótima estratégia. Falham, entretanto, após o encerramento dessa atividade, esquecendo-se de que o produto desta reflexão deve ser gerenciado para ser implementado com sucesso.

A gestão estratégica consolida as contribuições que as diversas áreas têm a dar à organização, servindo como linha orientadora à integração dos esforços desenvolvidos pelos várias unidades organizacionais. Consiste em fazer com que a estratégia definida seja sistematicamente acompanhada, analisada e, se preciso, redefinida, para garantir que a visão de futuro, objetivo maior da organização, seja alcançada.

2.1. PLANO ESTRATÉGICO

Em 2008 foi concluída a elaboração do Plano Estratégico para o período 2008-2012 e implantado um novo Modelo de Gestão Estratégica, baseado em uma metodologia de caráter participativo, que definiu o envolvimento dos diversos atores organizacionais e sociais como princípio fundamental para a consecução dos objetivos.

Esse processo buscou incentivar a alta administração, as gerências e os servidores a responderem as mais diversas questões sobre a instituição e a socializarem os resultados. Além disso, possibilitou aos participantes a reflexão sobre os seus modelos mentais próprios, a geração de informações válidas e a escolha do futuro que almejam para a instituição.

O processo de construção dos elementos estratégicos propiciou uma oportunidade de focar a atenção na Missão Institucional, esclarecer a sua Visão de Futuro e confirmar os Valores Institucionais.

MISSÃO:

Fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade.

VISÃO:

Ser identificado pela sociedade como instrumento efetivo na melhoria da gestão pública, na defesa do interesse social e no combate à corrupção.

VALORES:

ÉTICA
Relações baseadas em honestidade e respeito em todos os níveis do TCE-PE.

TRANSPARÊNCIA
Qualidade ou condição de ser claro em uma conduta organizacional.

COMPROMETIMENTO
Manutenção do compromisso com a identidade organizacional do TCE-PE.

EFETIVIDADE
Capacidade de sempre buscar atingir o seu objetivo real.

COMPETÊNCIA
Aptidão reconhecida de efetuar as ações profissionais.

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, seguindo esse modelo participativo, definiu para 2008-12 os Focos Estratégicos (externos e internos), também chamados de Direcionadores Estratégicos, que orientaram a definição dos grandes objetivos da instituição.

Focos Estratégicos Externos:

- Reconhecimento da sociedade.
- Fortalecimento das relações institucionais.
- Busca da efetividade das ações.
- Instrumentalização normativa.
- Atuação como provedor de informações.

Focos Estratégicos Internos:

- Integração entre o corpo técnico e corpo julgador.
- Customização de produtos por clientes.
- Liderança da gestão estratégica pelo Conselho.
- Ênfase em auditoria concomitante.
- Institucionalização dos procedimentos e métodos de trabalho.
- Desenvolvimento coletivo das políticas de recursos humanos.
- Construção de visão sistêmica entre os gestores.

2.2. MODELO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO

Baseado na metodologia do Balanced Scorecard (BSC) foi concebido um Modelo de Planejamento e Monitoramento estruturado preservando o princípio da causalidade que deve existir entre os elementos do planejamento. Esse modelo, já em vigor para 2008, está representado no diagrama a seguir:

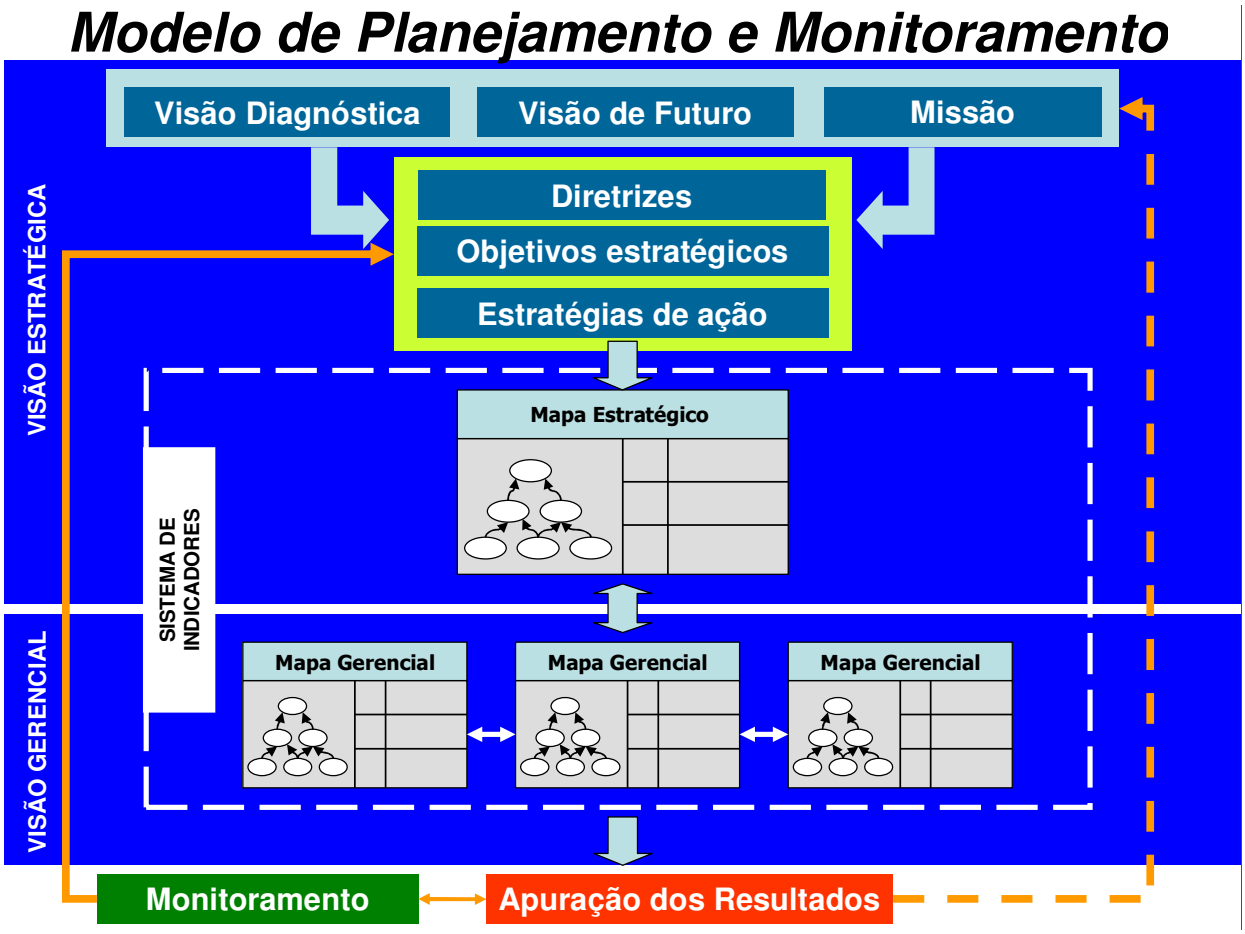


Figura 1- Representação gráfica do Modelo de Planejamento e Monitoramento

No primeiro nível desse modelo, apresenta-se a construção da Visão Estratégica da organização, a partir da visão diagnóstica, com análises de cenários, da visão de futuro e da missão institucional. A elaboração desses elementos são insumos para a definição das diretrizes e objetivos estratégicos.

A consistência do propósito da organização é absolutamente essencial ao processo de gestão estratégica. Põe-se então a questão de como criar tal consistência. Para tal, recorre-se à hierarquia de finalidades estratégicas – missão, visão e objetivos:

Os objetivos estratégicos e seus indicadores estão distribuídos e organizados em quatro perspectivas: Sociedade, Clientes, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento, dando origem

ao Mapa Estratégico do TCE-PE (figura 2), que é uma ferramenta simples, clara e efetiva de comunicação da estratégia da instituição.

O segundo nível do modelo, denominado Visão Gerencial, é construído a partir do detalhamento do Mapa Estratégico em Mapas Gerencias, ou seja, os Objetivos Estratégicos são desdobrados em Objetivos Gerenciais, preservando as mesmas perspectivas e o princípio da causalidade. Com base na análise dos indicadores, os resultados são apurados e monitorados, realimentando a visão estratégica e proporcionando, dessa forma, a implementação da estratégia organizacional.

Como desdobramento do Mapa Estratégico, foram elaborados 12 Mapas Gerenciais dos seguintes setores do Tribunal: Coordenadoria de Controle Externo (CCE), Coordenadoria de Administração (CAD), Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), Diretoria de Plenário (DP), Corregedoria Geral (CORG), Gabinetes de Conselheiros e Auditores (GC e GAU), Ministério Público de Contas (MPCO), Gabinete da Presidência (GPRE), Ouvidoria (OUVI), Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães (ECPBG) e Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional (NPC).

A partir dos Objetivos Gerenciais cada área operacional identificou a sua contribuição direta para o alcance dos Objetivos Estratégicos e dessa forma garantiu o princípio fundamental do BSC, a causalidade, que deve existir entre os Objetivos Estratégicos e os Objetivos Gerenciais e conseqüentemente entre os seus indicadores. Essa contribuição se traduziu na identificação de ações (produtos) para compor o Plano Operativo Anual (POA - 2008), que constitui o desdobramento do Plano Estratégico.

Para o Plano Operativo Anual as unidades organizacionais programaram ações com a finalidade de atingir os respectivos objetivos. Essas ações (incluindo o cronograma de execução por trimestre) foram inseridas no programa Sisplan (Sistema Informatizado de Planejamento), onde trimestralmente são registrados os avanços das ações e, quando necessária, as medidas corretivas. O Índice de Execução do Planejamento do TCE-PE em 2008 foi de 74,5%.

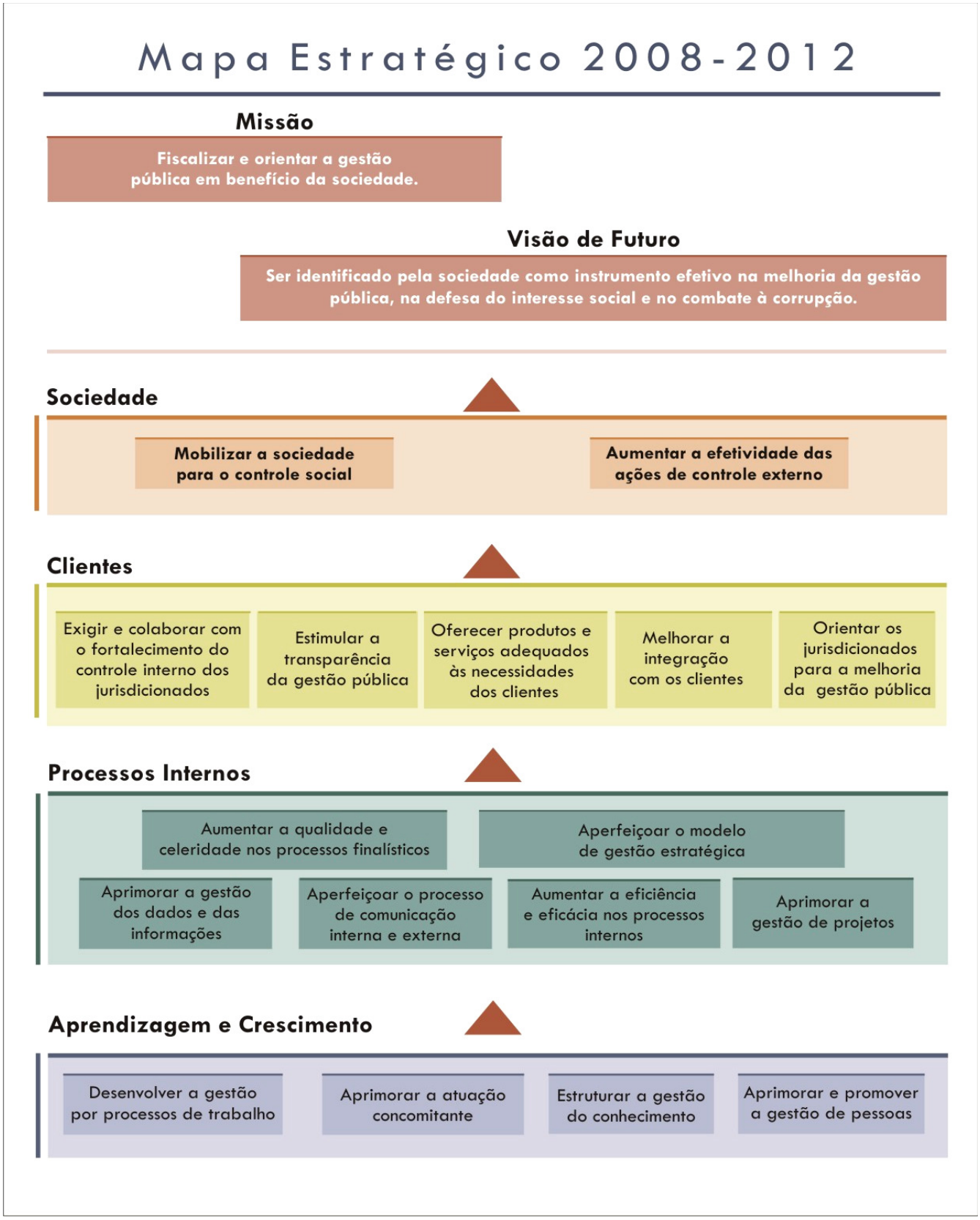


Figura 2 – Mapa Estratégico do TCE-PE

2.3. PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA 2008

Constam no Plano Operativo Anual oito projetos estratégicos para 2008, formados pela agregação de produtos relevantes e de grande impacto nas atividades do Tribunal:

Projetos Estratégicos para 2008
1 – Estruturação de Voto
2 – Sistema de Auditoria e Informações - AUDIN
3 – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex
4 – Parceria com o MPPE
5 – Metodologia de Atuação Concomitante
6 – Normatização Interna
7 – Avaliação de Desempenho
8 – Implementação do Plano de Comunicação

1) ESTRUTURAÇÃO DE VOTO

Com o objetivo de facilitar o controle do cumprimento das determinações do Tribunal, foram desenvolvidas ações visando à implantação de peças processuais estruturadas em conteúdo e forma, resultando na elaboração da estrutura final do Inteiro Teor da Deliberação e Despacho – ITD a ser adotado pelo TCE-PE, a partir de 2009.

2) SISTEMA DE AUDITORIA E INFORMAÇÕES – AUDIN

O AUDIN é um sistema informatizado de auditoria e informações que coletará dados das entidades e órgãos jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e será utilizado como suporte à fiscalização. O sistema será uma ferramenta de fortalecimento do controle interno dos jurisdicionados.

As atividades para disponibilização do primeiro módulo "Licitações e Contratos e Administração" encontram-se 95% concluídas, estando prevista a sua implantação para abril de 2009. Em 2008, teve início o projeto piloto no âmbito municipal, para teste em ambiente de uso real. Durante o período de setembro a novembro houve treinamento e avaliação de servidores das prefeituras de Agrestina, Cupira, Recife, Riacho das Almas e Santa Cruz do Capibaribe, como também suporte a esses técnicos para orientação sobre o uso do sistema.

Foram concluídos os trabalhos de construção da página do AUDIN na internet, que será disponibilizada aos gestores jurisdicionados ainda no 1º trimestre de 2009.

3) PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS BRASILEIROS – PROMOEX

O Promoex é um programa federativo de modernização institucional que busca a melhoria da eficiência do gasto e da transparência das administrações públicas, fortalecendo o sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios como instrumento de cidadania e de efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos, incluindo a intensificação das relações

intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

No ano de 2008, o programa financiou diversos projetos, alguns concluídos e outros ainda em andamento. O total de recursos envolvidos foi de R$ 1.064.526,93, sendo R$ 866.410,46 (81% do total) oriundos do BID e R$ 201.478,96 (19%) de contrapartida do Tribunal.

Os projetos financiados se referem à capacitação de servidores do Tribunal, contratação de consultoria, aquisição de equipamentos e serviços para realização de uma pesquisa sobre a imagem do TCE-PE.

Com recursos do Promoex, servidores do TCE-PE participaram de discussões técnicas pelos Grupos e Subgrupos Temáticos que desenvolvem uma série de estudos com a finalidade de dar eficácia e normatização aos trabalhos desenvolvidos pelos TCs e outros órgãos de fiscalização:

- Grupo de Auditoria Operacional – tem por objetivo que todos os Tribunais de Contas realizam auditorias operacionais. Foi instaurada uma auditoria-piloto na área de educação - formação de professores do ensino fundamental – por todos os Tribunais de Contas (Estaduais e Municipais) e o TCE-PE foi responsável pelo monitoramento dos TCEs dos estados da Paraíba e Alagoas.
- Grupos da Secretaria do Tesouro Nacional/LRF – dois subgrupos: padronização de Relatórios da LRF e o de padronização de procedimentos contábeis que atualmente está construindo o Plano de Contas Nacional.
- Grupo do Portal e Rede – membros responsáveis pela comunicação das informações institucionais dos órgãos de controle e pela criação e implantação do Portal e da Rede Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil.

4) PARCERIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

O Ministério Público de Contas (MPCO) atua internamente na análise de processos e também se manifesta através de representações externas feitas ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para adoção de medidas cabíveis em área criminal e cível.

No incremento dessa parceria o MPCO participou ativamente das reuniões de preparação e na execução da Operação Eleições, reunindo-se com a Presidência e a Coordenadoria de Controle Externo desta Corte de Contas e com Promotores do MPPE, encaminhando documentação necessária para ajuizamentos de ações tempestivas. Atuou, também, junto com a Presidência do TCE-PE, no pedido de intervenção em municípios.

5) METODOLOGIA DE ATUAÇÃO CONCOMITANTE

Atuação concomitante é um conjunto de ações que buscam analisar os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem, para possibilitar correção ou prevenir danos/prejuízos materiais ou jurídicos.

A atuação concomitante do TCE/PE em 2008 se realizou através das auditorias de acompanhamento, das análises de editais de licitação e de concursos públicos, da análise de

contratos e da verificação do cumprimento das determinações exaradas. Como dito anteriormente, o Tribunal realizou nesse exercício a Operação Eleições com o objetivo de coibir o uso eleitoreiro da máquina administrativa.

As atividades relativas às auditorias de acompanhamento foram desenvolvidas pela Coordenadoria de Controle Externo (CCE) e seus departamentos: Departamento de Controle Municipal (DCM), Departamento de Controle Estadual (DCE) e Núcleo de Engenharia (NEG), e estão discriminadas a seguir.

- Normatização, através de ordem de serviço, da obrigatoriedade do uso de roteiro de auditoria de acompanhamento para o DCE e DCM, no qual está exposta a metodologia de trabalho a ser adotada.
- Definição de escopos diferenciados de auditoria de contas anual para a área estadual e municipal, de modo a priorizar as unidades "problemáticas" e viabilizar a realização de auditorias de acompanhamento.
- Realização de projeto de gestão do conhecimento de auditoria em saúde com foco na Atenção Básica de Saúde (de responsabilidade do Estado e de todos os municípios pernambucanos).
- Capacitação de 163 técnicos da área municipal na Metodologia de Auditoria de Acompanhamento.
- Definição de novo modelo de relatório para análise de editais de concurso público.
- Definição de modo de coleta de informações sobre a atuação concomitante através dos relatórios trimestrais de atividades dos setores envolvidos.
- Desenvolvimento de ferramenta eletrônica para controle das auditorias de acompanhamento (Sistema de Controle de Acompanhamento On line - CACO).

6) NORMATIZAÇÃO INTERNA

Através da Resolução TC nº 0007/2008, de 23/07/2008, foi aprovado o Manual de Organização que tem o objetivo de estabelecer e identificar o rol de encargos e responsabilidades organizacionais que permeiam as atividades do TCE-PE, regulamentando as competências e atribuições das unidades organizacionais do Tribunal e de seus respectivos cargos comissionados e funções gratificadas.

7) AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (AD)

Em 2008 foi desenvolvido um modelo de Avaliação de Desempenho que começará a ser utilizado na avaliação dos servidores do TCE a partir de 2009, com utilização de critérios de progressão funcional por merecimento.

Os servidores efetivos, à disposição e comissionados foram capacitados neste novo modelo ao longo do ano. A capacitação também envolveu a construção de Acordos de Trabalho para as unidades organizacionais e seus gerentes. O Acordo de Trabalho documenta as expectativas de desempenho entre avaliador e avaliado para cada ano de trabalho, listando suas principais metas, atividades e comportamentos esperados.

Um dos diferenciais deste projeto é o Plano de Desenvolvimento Individual. A progressão por merecimento dependerá do cumprimento deste Plano, que envolve capacitações anuais do servidor em áreas relacionadas ao seu trabalho e às suas necessidades de desenvolvimento. Além disso, foi dado início à atualização e revisão da documentação do sistema informatizado de Avaliação de Desempenho, que armazenará as notas dos servidores dentro deste novo modelo.

8) IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

O Plano de Comunicação do TCE-PE, elaborado em 2007, é o principal documento de referência para definição de diretrizes e ações de comunicação inseridas no Planejamento Estratégico e Operacional do Tribunal de Contas. No ano de 2008, foi elaborada a Política de Comunicação com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho de divulgação das ações da instituição, visando oferecer critérios de balizamento para a tomada de decisões e realização de procedimentos pelo Núcleo de Comunicação do Tribunal

3. PERSPECTIVA: SOCIEDADE

Os Objetivos Estratégicos dessa perspectiva estão dirigidos para que o Tribunal proporcione um diferencial na mobilização da sociedade e no aumento da efetividade de suas ações no controle externo. Contém os seguintes Objetivos Estratégicos:

3.1. CONTROLE SOCIAL

Com o objetivo de mobilizar a sociedade para o controle social, consistindo em despertar e viabilizar o interesse e a participação da sociedade para fiscalizar a gestão pública, foram desenvolvidas as seguintes ações em 2008:

- Projeto Ouvidoria Itinerante.
- Projeto Parcerias Permanentes.
- Atendimento ao cidadão através da Ouvidoria.
- Programa "TCEndo Cidadania".

Projeto Ouvidoria Itinerante

O Projeto Ouvidoria Itinerante tem como principais objetivos divulgar a Ouvidoria e os meios de comunicação disponibilizados para a população e conscientizar os servidores do próprio Tribunal para a importância do atendimento célere das demandas.

O projeto Ouvidoria Itinerante foi realizado em 6 inspetorias regionais: Surubim, Palmares, Garanhuns, Arcoverde, Salgueiro e Petrolina.

Projeto Parcerias Permanentes

O projeto Parcerias Permanentes tem como propósito promover a aproximação entre o Tribunal de Contas e entidades do Terceiro Setor que atuam no âmbito do controle social. Essa aproximação por meio da Ouvidoria objetiva tornar contínuo o contato entre essas entidades da sociedade civil organizada e o Tribunal, de forma que esse canal de comunicação esteja permanentemente ativo, sem a necessidade de eventos cíclicos de promoção e divulgação do TCE-PE e de sua Ouvidoria nas diversas regiões do Estado.

O projeto Parcerias Permanentes possibilita que os parceiros sejam informados da missão do Tribunal, da sua organização e competência, dos direitos e deveres do cidadão, e os orienta a disseminar esse conhecimento.

O público alvo do projeto é a sociedade civil organizada - conselhos, sindicatos, igrejas, associações, etc. O projeto teve inicio em 2006 no município de Garanhuns com cinco parceiros e depois em Petrolina com oito. Em 2008 foram realizadas reuniões em Surubim com 18 parceiros, Palmares com 36, Garanhuns com 19, e Petrolina com 28. Ao todo foram 101 parcerias permanentes firmadas em 2008.

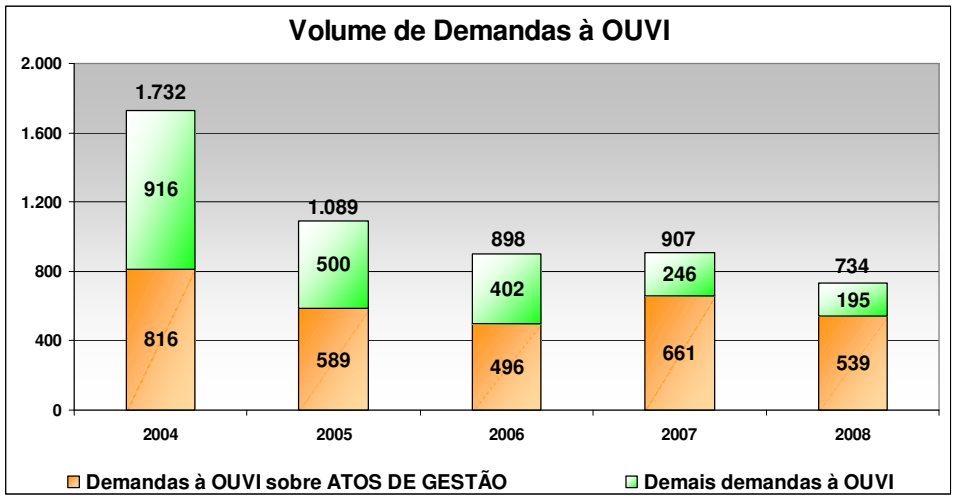
Atendimento ao cidadão através da Ouvidoria

Em 2008 foram recepcionadas 734 demandas na Ouvidoria. No mesmo período 791 foram concluídas. O estoque de demandas pendentes de solução era de 820 demandas, conforme tabela abaixo:

Estoque em 31/12/2007	*Entradas*	*Demandas Concluídas*	*Estoque em 31/12/2008*
877	734	791	**820**

Fonte: Ouvidoria – Relatório de Atividades - 2008

O gráfico a seguir indica o número de demandas à Ouvidoria do TCE-PE ao longo dos anos:



Fonte: Ouvidoria

Ressalte-se que o número de demandas registradas representa apenas 14% dos atendimentos que a Ouvidoria realiza. O restante é composto de atendimentos com respostas imediatas aos cidadãos que ligam para o Disk Ouvidoria ou enviam mensagens pelo correio eletrônico.

Programa "TCEndo Cidadania"

No exercício de 2008 a Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães (ECPBG) deu continuidade ao programa "TCEndo Cidadania", composto pelos seguintes projetos:

- Fórum TCEndo Cidadania.
- Escola de Cidadania.
- Capacitação dos Conselhos Municipais.
- Inclusão Digital.

Todos passaram por modificações com base nas avaliações realizadas e nas experiências já vivenciadas.

- Fórum "TCEndo Cidadania"

O Fórum é resultado de uma parceria entre a ECPBG, Coordenadoria de Controle Externo (CCE), Departamento de Controle Municipal (DCM), Inspetorias Regionais, Ouvidoria e Núcleo de Comunicação (NUC).

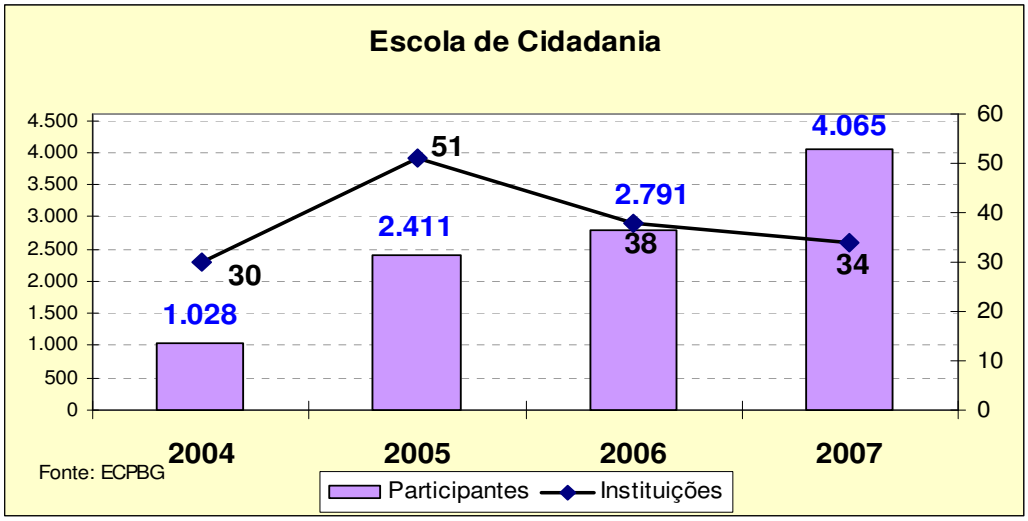
TCEndo Cidadania		
Ano	Cidades	Participantes
2006	5	1.114
2007	4	493
2008	**8**	**1.109**
Fonte: ECPBG		

No evento são apresentados o papel do Estado, a sua atividade financeira, democracia, responsabilidades dos gestores, orçamento público e os mecanismos de controle da gestão, o que é o Tribunal de Contas do Estado e suas principais funções, inclusive da Inspetoria Regional e ainda as principais funções dos conselhos municipais e a importância da participação da população nesses colegiados.

A meta deste ano teve execução de 88,9%, com a participação de 1.109 cidadãos, que avaliaram os eventos com a nota média nove. As cidades contempladas com o Fórum foram: Serra Talhada, Pesqueira, Gravatá, São Benedito do Sul, Bom Conselho, Salgueiro, Limoeiro e Glória do Goitá.

- Escola de Cidadania

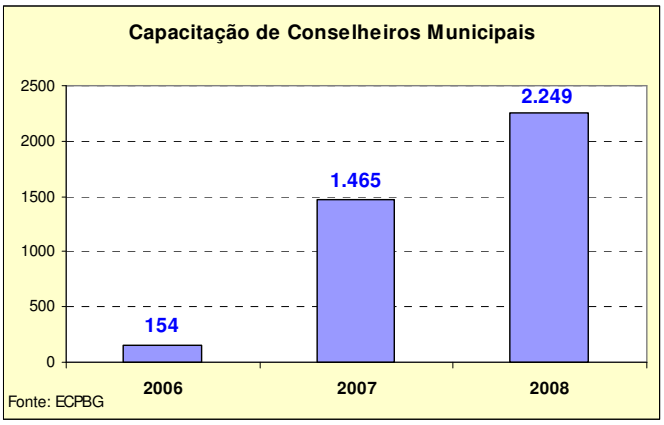
Esse projeto, que visa despertar nos jovens o interesse pelos temas relacionados à administração pública e à cidadania, contou com a participação de 4.501 alunos em 2008. Nesse período, foi definida a nova estrutura de apresentação e realizada a convocação e orientação de novos voluntários, inclusive nas Inspetorias Regionais. Além disso, criou-se a versão para o público universitário, com a primeira palestra ministrada pelo Conselheiro - Diretor Geral da ECPBG, para alunos do curso de Direito da Faculdade Marista. A meta anual de participação de 4.000 alunos foi ultrapassada em 12,5%.



- Capacitação dos Conselhos Municipais

A capacitação de membros da sociedade civil, com foco nos Conselhos Municipais, é um projeto que tem como objetivo principal fortalecer o controle social e, ao mesmo tempo, disponibilizar instrumentos que possibilitem uma interação maior entre os órgãos que exercem o controle da administração pública. O projeto visa despertar a sociedade para a importância da formulação, proposição e controle das políticas públicas, como forma de atenuar os problemas sociais detectados nos respectivos municípios.

No exercício de 2008, foram atendidos 53 municípios e 2.249 membros da sociedade civil capacitados. A capacitação tem duração de 2 dias e aborda temáticas gerais pertinentes ao surgimento do Estado, República, Democracia, Políticas Públicas, Orçamento Público e responsabilidades dos gestores na execução do Orçamento. Também são abordadas as formas e os instrumentos de controle da administração pública e temas relativos aos principais conselhos existentes nos municípios.



A média da avaliação dos cursos ministrados no ano de 2008 ficou em 8,9 e a média dada aos instrutores foi de 9,2, resultados que confirmam o sucesso desse projeto.

- Inclusão Digital

O Projeto Inclusão Digital vem preenchendo uma lacuna no trabalho de capacitação voltado para a responsabilidade social, habilitando, com aulas práticas e teóricas, pessoas que não trabalham diretamente com o computador. As aulas são ministradas por servidores voluntários do TCE-PE no Laboratório de Informática da ECPBG. Foram capacitados, em 2008, 194 jovens.

ANO	Participantes
2006	149
2007	136
2008	194

3.2. EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

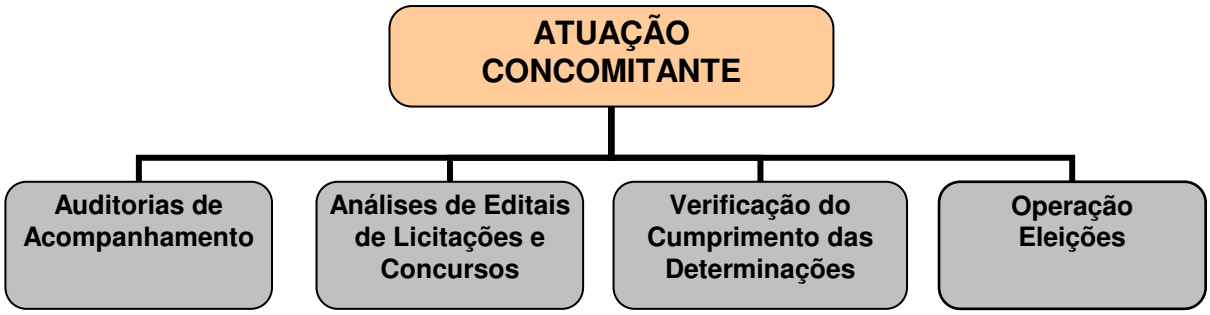
O TCE-PE tem investido nos seguintes instrumentos para aprimorar a efetividade das ações de controle externo:

a) Atuação concomitante.
b) Auditoria de Natureza Operacional (ANOP).
c) Imputação de débitos e multas.

a) Atuação Concomitante

O Tribunal de Contas, com o propósito de aumentar a efetividade das ações de controle externo, intensificou a atuação concomitante e preventiva, cujas características são analisar os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem.

Elas geram resultados efetivos decorrentes da ação de controle, a partir do momento em que proporcionam a identificação de atos potencialmente lesivos ao erário, irregularidades sanáveis, falhas nos fluxos de processos internos e oferecem a possibilidade do gestor corrigi-los tempestivamente. A atuação concomitante se traduz através das seguintes ações, conforme figura abaixo:



AUDITORIAS DE ACOMPANHAMENTO

Em 2008, foram realizadas 183 auditorias de acompanhamento pelos Departamentos de Controle Estadual e Municipal (DCE e DCM) e pelo Núcleo de Engenharia (NEG), sendo 30,6,% em municípios, 19,6% em unidades gestoras do estado, 26,2% em obras estaduais e 23,5% em obras municipais. Foram auditados recursos da ordem de R$ 1,2 bilhão.

Das auditorias de acompanhamento realizadas pelo DCM e DCE, aquelas relativas às despesas com Saúde, Educação e Obras, representaram 61,4% do total. Outras áreas focadas foram Previdência, Receitas e Licitações.

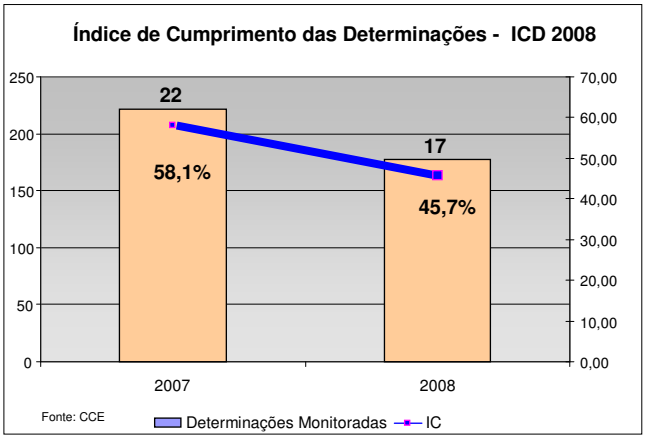
ANÁLISE DE EDITAIS DE LICITAÇÕES E DE CONCURSOS

Outra ação que contribui para o aumento da efetividade da atuação do Tribunal de Contas é a análise de editais de licitações e de concursos. Em 2008, foram analisados 262 editais, dos quais 226 (86,3%) apontaram irregularidades e, desses, foram corrigidos, suspensos, cancelados ou revogados 119 (52,7%). O total de recursos envolvidos foi de R$ 3,21 bilhões.

O TCE-PE vem atuando também na fiscalização dos recursos públicos aplicados em Tecnologia da Informação (TI). Neste ano, foram analisadas 26 licitações de bens e serviços de TI (22 estaduais e 4 municipais), no valor total de R$ 44,3 milhões, sendo 96,1¨% licitações do estado e 3,9% de municípios).

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

Em 2008, 178 determinações oriundas de julgamentos foram selecionadas para verificação de seu cumprimento. Dessas, 16 foram inviabilizadas (não aplicáveis ou inviáveis de verificação). Do total de determinações válidas para acompanhamento (162), constatou-se que 45,7% foram implementadas (Índice de Cumprimento das Determinações - ICD), outras 27 determinações foram parcialmente implementadas, representando 16,7 % do total de determinações.



OPERAÇÃO ELEIÇÕES

A ação é uma parceria do TCE-PE com o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) visando a combater em todo o Estado o uso dos recursos públicos com finalidade eleitoral.

A Operação Eleições cobriu a totalidade dos municípios sob a jurisdição das inspetorias regionais de Petrolina (IRPE), Salgueiro (IRSA), Surubim (IRSU), Bezerros (IRBE) e Metropolitanas Norte e Sul (IRMN e IRMS). Nas inspetorias regionais de Palmares (IRPA), Arcoverde (IRAR) e Garanhuns (IRGA), por motivos referentes à capacidade operacional do TCE, a Operações Eleições não atingiu todos os municípios. No município do Recife os trabalhos

específicos voltados à Operação Eleições 2008 foram realizados na Secretaria de Saúde e na EMLURB.

Ressalta-se na operação eleição a atuação conjunta do TCE-PE, MPPE e TJPE que resultou na apreensão de computadores de prefeituras que continham elementos característicos de uso da máquina administrativa com fins eleitorais.

Em decorrência da Operação Eleições foram gerados 31 relatórios de auditoria, envolvendo recursos da ordem de R$ 27 milhões. Os principais resultados foram a expedição de 6 Medidas Cautelares, a formalização de 12 Auditorias Especiais e um processo de Destaque.

b) Auditoria de Natureza Operacional (ANOP)

A auditoria de desempenho e a avaliação de programa, também denominada Auditoria de Natureza Operacional (ANOP), diferentemente da auditoria de conformidade, que se concentra nos aspectos da legalidade da administração pública, tem como enfoque os resultados da gestão governamental.

O TCE-PE, em 2008, realizou os seguintes trabalhos:

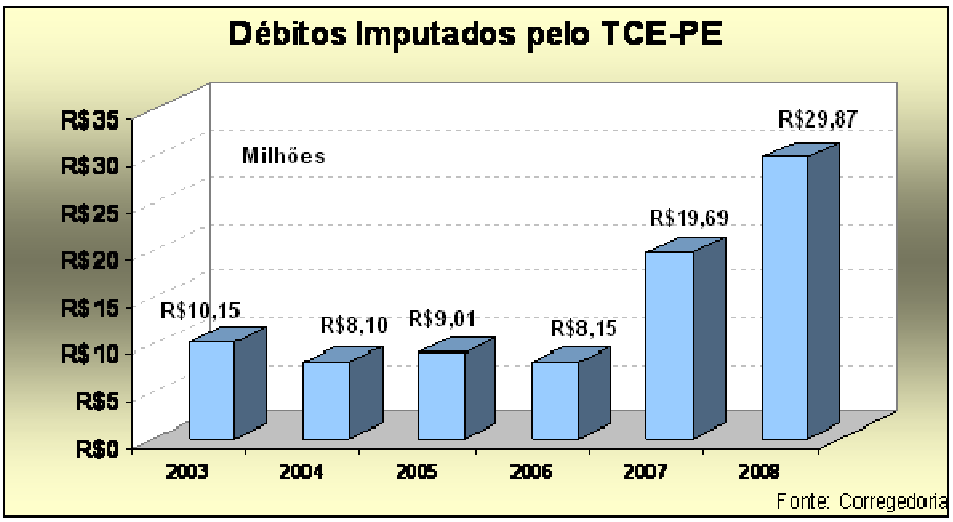
- Monitoramento no Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico de Olinda.
- Monitoramento no Programa do Leite de Pernambuco.
- Realização de auditoria operacional com foco na capacitação de professores do Estado – Promoex.
- Realização de auditoria de legalidade com ferramentas de ANOP nos suprimentos de fundos institucionais da Secretaria de Educação do Estado.
- Levantamento da estruturação dos sistemas de controle interno de 37 municípios do Estado.

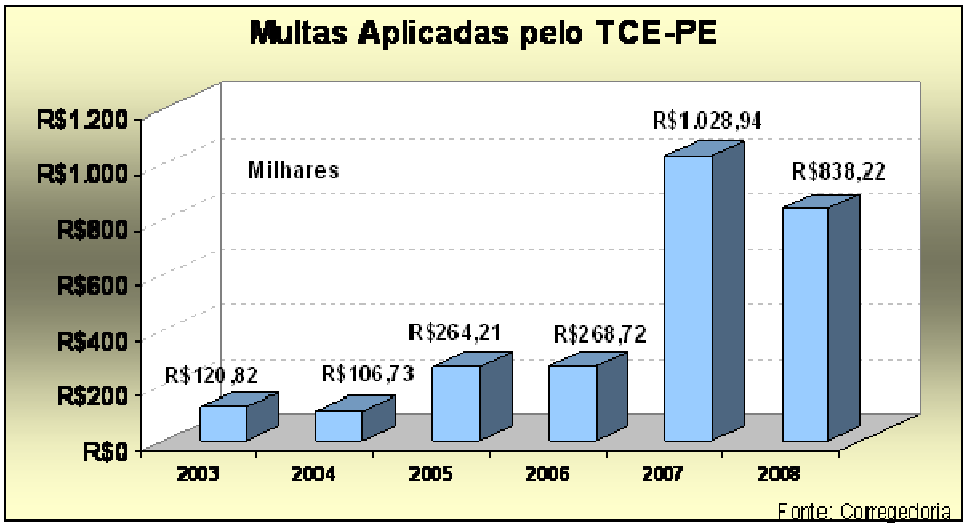
c) Imputação de Débitos e Multas

Após o trânsito em julgado das decisões, quando ocorrerem imputação de débitos ou aplicação de multas e não houver quitação no prazo legal (15 dias), são emitidas certidões para envio aos diversos órgãos responsáveis pelas cobranças desses títulos. De acordo com o § 3º do inciso XI do art. 71 da Constituição da República, “as decisões do Tribunal de Contas que resultem imputação de débitos ou multas terão eficácia de título executivo”.

As certidões são encaminhadas pelo Ministério Público de Contas (MPCO) às Prefeituras e à Procuradoria Geral do Estado para que adotem as providências cabíveis, inclusive inscrição em Dívida Ativa e cobranças administrativas e judiciais. Em 2008 foram emitidas 356 certidões.

Os gráficos a seguir mostram a evolução das multas e débitos imputados pelo TCE-PE, ao longo dos últimos seis anos, em valores nominais.





De acordo com os §§ 8º e 9º do art. 73 da Lei Orgânica desta Corte de Contas (Lei nº 12.600/04), os valores das multas (...) aplicadas em processos referentes a entes estaduais serão revertidos à Conta Única do Estado e aqueles a entes municipais serão revertidos ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal. A administração desse Fundo cabe ao Vice-Presidente do TCE-PE (art. 138 da Lei Orgânica).

Em 2008, antes do envio dos títulos para execução judicial, foram efetuadas 192 cobranças administrativas desse tipo, das quais 62 obtiveram sucesso, sendo 39 quitadas e 23 parceladas; foram depositados R$ 387.419,25 na conta do Fundo de Aperfeiçoamento antes citado.

Não havendo resposta acerca da inscrição em dívida ativa e propositura de ação de cobrança administrativa ou judicial, o MPCO, mais uma vez, oficia a autoridade competente em busca de informações. Em 2008 foram emitidos 313 ofícios.

Após todo o processo acima explicitado, sendo constatada a desídia da autoridade competente, o MPCO representa, junto ao Ministério Público do Estado, a fim de que se promovam as ações penais e cíveis. Neste exercício de 2008 foram enviadas 120 representações.

Uma vez comprovados os pagamentos referentes aos débitos ou multas imputados, são emitidas pela Corregedoria, por solicitação dos interessados, certidões de quitação. Foram emitidas 30 dessas certidões em 2008.

4. PERSPECTIVA: CLIENTES

Os Objetivos Estratégicos nessa perspectiva buscam uma aproximação maior com os clientes e parceiros para melhoria dos produtos e serviços oferecidos pelo TCE-PE, assim como, auxiliar na melhoria da gestão pública. Respeitando o princípio da causalidade constante no Mapa Estratégico, os objetivos estão diretamente ligados aos definidos na perspectiva da Sociedade.

4.1. MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

a) Controle interno

Conforme dispõe o artigo 74 da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional.

Passados vinte anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, a realidade sobre o funcionamento precário do sistema de controle interno dos órgãos jurisdicionados, muitas vezes inexistente, principalmente os municipais, se reflete negativamente, dentre outros aspectos, na dificuldade de atuação do Tribunal para cumprir a sua missão de controle externo.

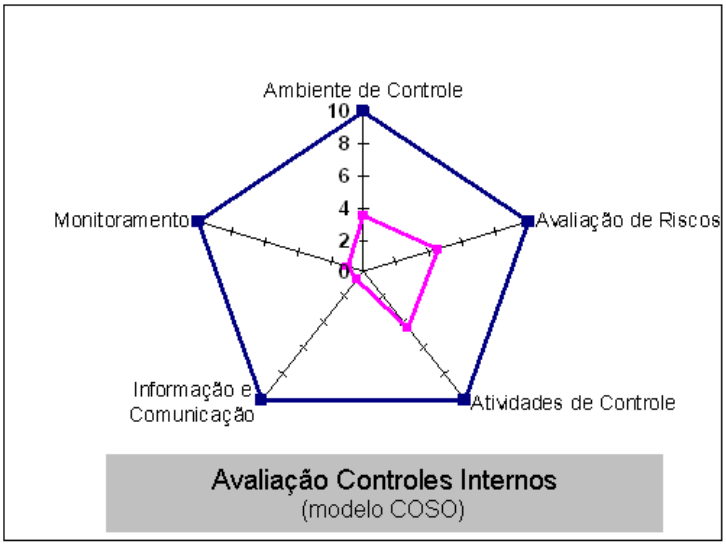
Para que a atuação do Tribunal seja mais eficiente foi levantado na área municipal o panorama da situação atual do controle interno dos jurisdicionados, através de pesquisa para verificação de aspectos relacionados ao Sistema de Controle Interno de 37 municípios. Os 37 municípios foram selecionados conforme a classificação pelo porte adotada pelo IBGE. Foram pesquisados 17 municípios de pequeno porte I, 13 de pequeno porte II, 4 de médio porte, 2 de grande porte e 1 metrópole.

O Sistema de Controle Interno (SCI) é o conjunto complexo e organizado de regras e normas, princípios, métodos e procedimentos coordenados entre si, que busca realizar a avaliação da gestão pública e dos programas de governo bem como comprovar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade dos gastos públicos. A maioria das Prefeituras pesquisadas (75,7%) não formalizou a criação do SCI.

Para a avaliação foi adotado o modelo conceitual do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission* (COSO), objetivando avaliar os controles internos das entidades

governamentais. O modelo COSO propõe que um sistema de controle interno, para ser efetivo, deve compreender cinco dimensões essenciais que são:

- ambiente de controle;
- avaliação de riscos;
- atividades de controle;
- informação e comunicação;
- monitoramento.

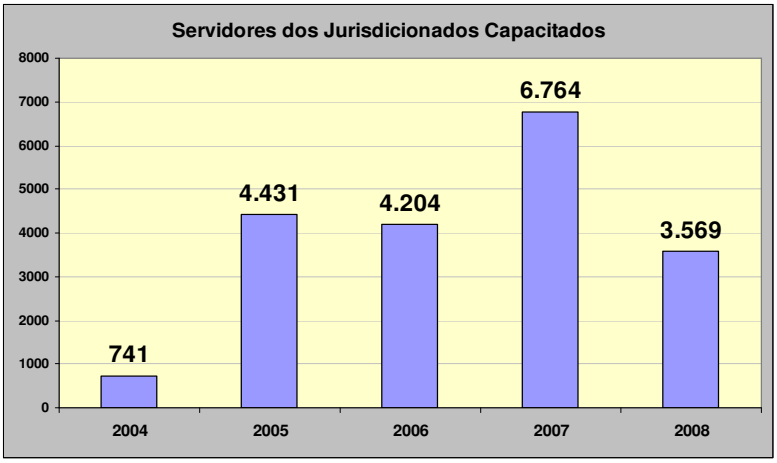


O modelo foi adaptado à realidade das prefeituras municipais buscando, num primeiro momento, traçar um panorama sobre a estruturação dos SCIs de tais entidades, destacando suas principais fragilidades, para subsidiar a elaboração de estratégias que permitissem, em trabalhos posteriores, aferir a qualidade dos controles internos e contribuir para seu aperfeiçoamento.

Utilizando as cinco dimensões do modelo COSO foi criado um indicador, que mede de 0 a 10, o Grau de Estruturação do Sistema de Controle Interno (GES). Abaixo de cinco significa baixo GES e 97,3% das Prefeituras pesquisadas tiveram índice menor que cinco. O GES médio foi de 2,77.

b) Capacitação de jurisdicionados em gestão pública

A Escola de Contas realizou neste exercício 287 eventos (cursos, fóruns, seminários, palestras, oficinas etc.), com 3.569 pessoas capacitadas. A expressividade desses números deve-se, em grande medida, à forma como a Escola abordou os seus clientes. Foram preparados cronogramas voltados para as necessidades levantadas nas avaliações dos cursos junto aos jurisdicionados, além de convênios firmados com diversas instituições, como Promata, URB/Recife, AD/DIPER, Ministério Público Estadual e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.



Foram realizadas também capacitações para órgãos públicos não jurisdicionados, tais como: Tribunal de Contas de Mato Grosso, Tribunal de Contas do Amazonas, Conselho Regional de Enfermagem/PE, METROREC e Controladoria Geral do Estado do Ceará

Para oferecer produtos e serviços adequados aos clientes, foi realizado um diagnóstico de necessidades de capacitação dos jurisdicionados estaduais. Cursos como "Aspectos Polêmicos de Licitação", "Contratos Administrativos" e "Tomada de Contas Especial" foram elaborados e novas propostas de capacitações ofertadas.

Com a finalidade de disponibilizar instrumentos para melhoria da gestão pública foram desenvolvidas cartilhas e manuais de orientação para os jurisdicionados nas áreas de pessoal e obras e ações referentes a orientações técnicas individualizadas aos jurisdicionados na área de pessoal.

4.2. INTEGRAÇÃO COM CLIENTES E PARCEIROS

O Ministério Público de Contas, através de seus membros, realizou 18 visitas a Desembargadores, Juízes e Promotores, visando promover um relacionamento mais estreito entre os Órgãos e obter uma maior celeridade nas ações desenvolvidas por aquele Órgão.

Nos anos eleitorais, os Tribunais de Contas devem disponibilizar à Justiça Eleitoral relação contendo aqueles que tiveram suas contas rejeitadas, por irregularidade insanável, que são inelegíveis, para quaisquer cargos. Em julho deste ano, foi enviada ao TRE-PE a listagem contendo o nome de 732 gestores com contas julgadas irregulares.

A Resolução TRE-PE nº 110, de 11 de junho de 2008, em seu artigo 6º, trouxe a necessidade de se juntar aos autos do processo de registro de candidatura para as eleições de 2008 certidão sobre o julgamento de contas daqueles que já foram gestores públicos. O Tribunal desenvolveu a funcionalidade no sistema informatizado de controle de débitos e multas (CDM) que permitiu, via internet, a emissão desse documento. Foram emitidas 2.889 certidões para esse fim, sendo 2.310 obtidas eletronicamente e 579 emitidas manualmente (negativas e narrativas).

O TCE-PE assinou termo de compromisso com outros órgãos de controle que o habilitou a participar como membro do "Fórum Pernambucano de Combate à Corrupção". Participou também da coordenação nacional do grupo gestor de comunicação junto ao Promoex, tendo elaborado a Pesquisa Nacional da Estrutura de Comunicação dos Tribunais de Contas e coordenado o Portal Nacional dos Tribunais de Contas, ampliando deste modo as suas relações com os demais Tribunais de Contas do Brasil e desenvolvendo ações que vão dinamizar a comunicação do TCE-PE.

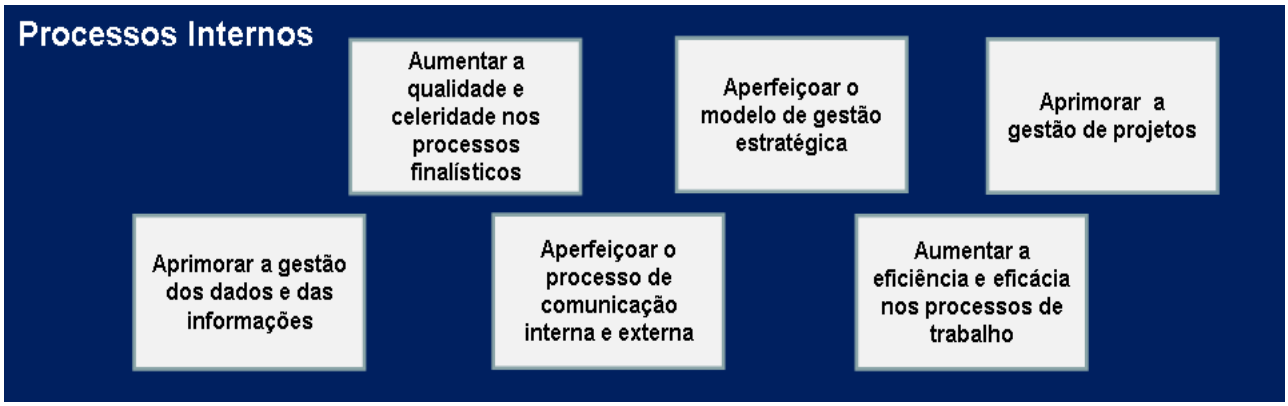
4.3. TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

A Coordenadoria de Controle Externo (CCE) está monitorando a transparência fiscal eletrônica dos poderes e órgãos estaduais com objetivo de verificar a tempestividade das publicações dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas suas respectivas páginas eletrônicas.

Com relação à área municipal foi realizado um diagnóstico da situação da publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, em meio eletrônico, constatando-se inúmeras dificuldades no cumprimento da publicação desses relatórios. Responderam ao questionário 138 prefeituras municipais, correspondendo à seguinte situação: 84 (61%) possuem sítio para divulgação do Relatório de Gestão Fiscal; 40 (29%) não possuem; e 14 (10%) nada informaram. Os resultados serão utilizados como insumo para ações a serem realizadas em 2009.

5. PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

Os Objetivos Estratégicos da perspectiva dos Processos Internos para o período 2008-12 buscam fortalecer internamente a instituição para que ela possa atender seus clientes e a sociedade. Esses objetivos são os seguintes:



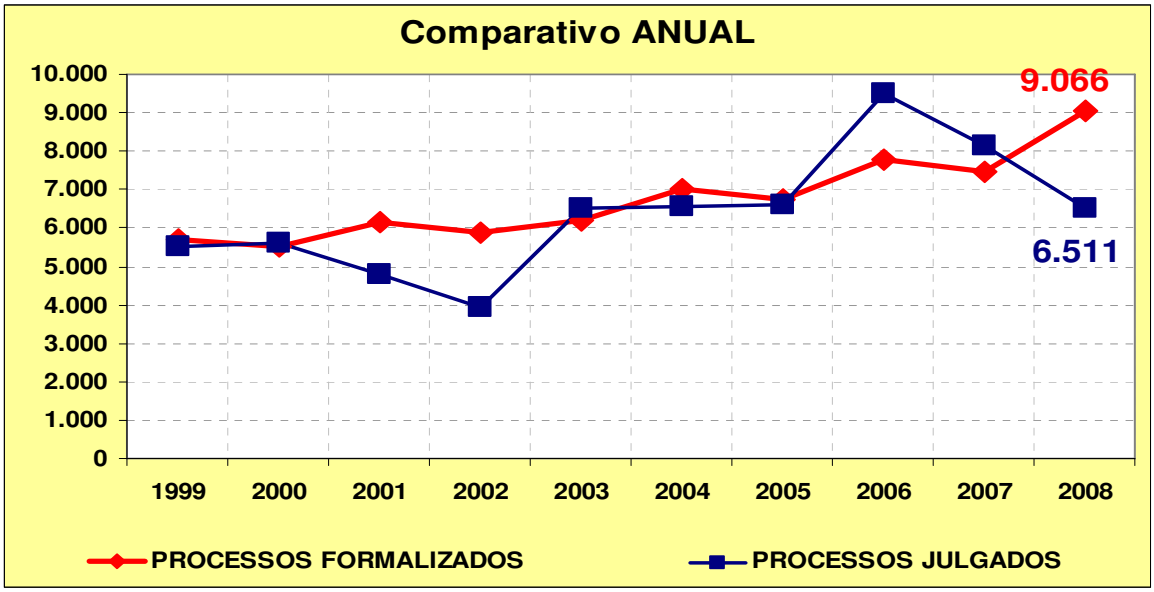
5.1. CELERIDADE NOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

A produção de resultados com qualidade e tempestividade e que atendam às expectativas da sociedade, dos gestores públicos e do Estado em relação ao controle externo requer aperfeiçoamento constante. As mudanças ambientais e a evolução tecnológica e dos artifícios utilizados para a malversação de recursos públicos requerem evolução e inovação contínuas também dos instrumentos de controle e dos processos de trabalho adotados pelo Tribunal de Contas, sob risco de perda da capacidade de resposta e de defesa do interesse coletivo.

No Seminário de Elaboração do Planejamento Estratégico, realizado em novembro de 2007, foi estabelecida a seguinte meta mobilizadora para o ano de 2008 com relação ao julgamento de processos:

Julgar 7.800 processos, incluindo no mínimo 50% do período 1991-2000, priorizando os processos de 2004 a 2007.

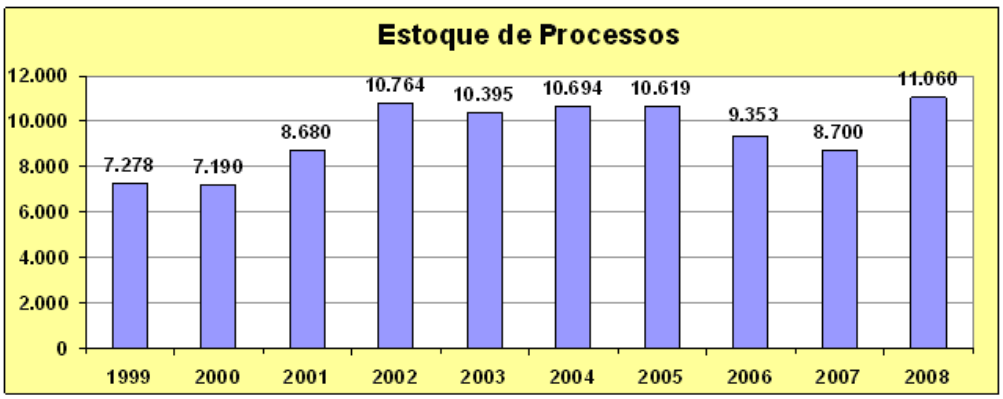
Em 2008 o TCE-PE julgou 6.511 processos, alcançando 83,5% do estipulado como meta. O gráfico a seguir mostra a evolução, ao longo dos anos, do número de processos formalizados (entradas) e julgados (saídas) pelo TCE-PE



Para um melhor acompanhamento do estoque os tipos de processos do TCE-PE são divididos em cinco grupos:

1. *Prestação de Contas* (todos os tipos de prestações de contas - Prefeituras, Câmaras, órgãos estaduais, etc.).
2. *Atos de Pessoal* (processos relativos aos servidores - aposentadorias, pensões, concursos, etc.).
3. *Provocados* (processos em que há a provocação do TCE ou a autoprovocação – denúncias, consultas, auditorias especiais, etc.).
4. *Prestação de Contas Parciais* (processos de gestão fiscal e repasse a terceiros).
5. *Recursos* (processos de recursos às decisões do TCE-PE).

A elevação do número de processos formalizados em conjunto com o não alcance da meta, provocou o aumento de 27,1% no estoque, chegando a 11.060 processos.

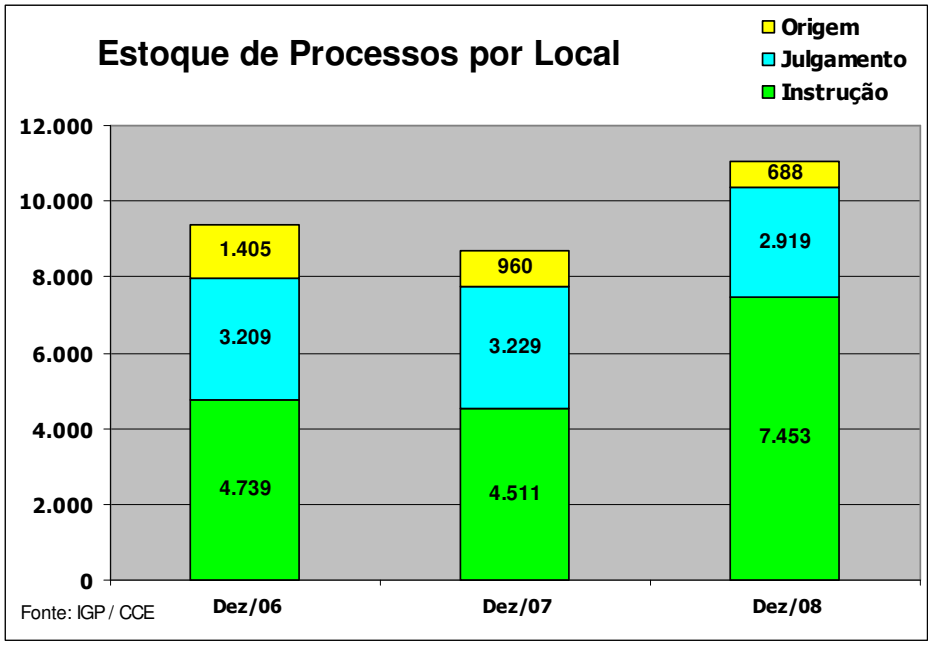


Os processos referentes a Atos de Pessoal correspondem a 78% do estoque, os de Prestação de Contas representam 11%, os Provocados são 6%, de Recursos são 5% e os de Prestações de Contas Parciais apenas 1%. A idade média do estoque de processos no Tribunal vem sendo reduzida

ao longo do tempo, passando de 834 dias em 2006, para 790 dias, em 2007, e 703 dias em 2008, o que demonstra o esforço em se julgar processos mais antigos.

Os locais onde estão os processos do estoque são:

- "Origem", órgãos de origem com 6,2% dos processos do estoque, geralmente processos do tipo aposentadoria ou pensão, enviados aos jurisdicionados para complementação de documentação;
- "Instrução", que corresponde à CCE e seus departamentos, responsável pelas auditorias, onde estão 67,4% dos processos e
- "Julgamento" (gabinetes de Conselheiros, de Auditores ou Procuradores do MPCO).



O processo finalístico do Tribunal pode ser descrito, de forma resumida, como tendo as seguintes fases:

a) Formalização dos processos;
b) Instrução (auditoria, defesa, análise, diligência);
c) Julgamento e
d) Publicação (decisões, pareceres prévios, acórdãos, recomendações e certidões).

a) Formalização

A formalização inicia os procedimentos internos necessários ao andamento dos vários tipos de processos que chegam ao Tribunal. Constitui-se, basicamente, do protocolo e distribuição dos mesmos. Em 2008, foram formalizados 9.066 processos, um acréscimo de 21,6% em relação ao ano anterior, concentrado principalmente nos processos de Atos de Pessoal.

PROCESSOS FORMALIZADOS			
Grupo de Processos	2007	2008	%
PC	663	687	3,6%
Atos de Pessoal	5.710	7.451	30,5%
Provocados	396	409	3,3%
PCs Parciais	145	55	-62,1%
Recursos	536	463	-13,6%
Administrativos	3	1	-66,7%
TOTAL	7.453	9.066	21,6%

Fonte: AP (Sistema de Acompanhamento de Processos)

Dos processos formalizados, 81% são relativos a Atos de Pessoal, 8% são de Prestações de Contas, 5% do grupo Provocados, 5% de Recursos e 1% de PC´s parciais.

b) Instrução

A instrução é a fase seguinte, técnica em sua essência, quando os processos são analisados pelo corpo técnico, observando o cumprimento das leis e a suas conformidades.

Em 2008 o escopo de auditoria municipal foi ampliado com a criação de três padrões. Houve o incremento nas auditorias de acompanhamento e ações para melhoria da qualidade, que resultaram em maior tempo na instrução dos processos.

Os processos auditados (são processos com auditoria realizada a espera da defesa do interessado) pela Coordenaria de Controle Externo (CCE) foram 818, ultrapassando a meta em 3,7%. Em 2008, a CCE, através de seus diversos departamentos, instruiu 8.258 processos (processos auditados com notificação realizada, enviados aos relatores - Conselheiros), superando a meta em 4,7%.

c) Julgamento

Os Conselheiros julgaram 4.403 processos, representando 67,7% do total de julgamentos, e os Auditores, que substituem os Conselheiros, julgaram 2.103 processos (32,3%).

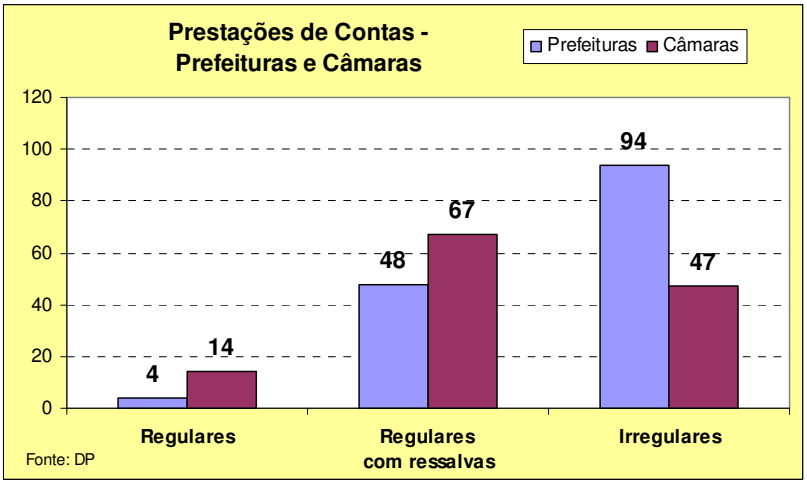
Os Auditores preparam, quando solicitados pelos Conselheiros “propostas de votos”, em 2008 o estoque diminuiu em 56,0%. Da fase de julgamento, participam também os Procuradores do Ministério Público de Contas (MPCO) analisando os processos, e alcançaram uma diminuição do estoque passando de 506 processos em 2007, para 287 processos em 2008, representando uma redução de 43,3%.

d) Publicação

Realizado o julgamento é preciso a sua publicação para que tenham efeitos as determinações do TCE-PE. Estava prevista a publicação de 7.400 deliberações e foram publicadas 6.848.

Resultados dos Julgamentos

Foram julgadas 146 Prestações de Contas de Prefeitura, destas 64% foram julgadas como irregulares, 33% regulares com ressalvas e apenas 3% como regulares. Das 128 prestações de Contas das Câmaras julgadas, 11% foram julgadas regulares, 52% regulares com ressalvas e 37% irregulares. No Estado foram julgadas 262 Prestações de Contas da Administração Direta e Indireta, com 14% julgadas regulares, 62% regulares com ressalvas e em 24% das prestações o julgamento foi pela irregularidade das contas.

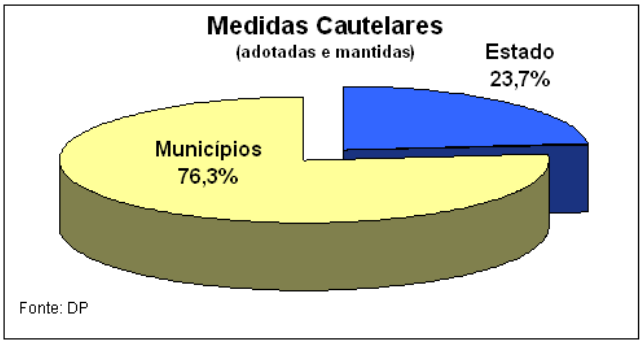


Auditorias Especias Julgadas em 2008		
Regulares	23	12,0%
Regulares com ressalvas	71	37,0%
Irregulares	66	34,4%
Arquivadas	29	15,1%
Remetida ao TCU	1	0,5%
Apensada à Prestação de Contas	2	1,0%
Total	**192**	**100,0%**

Fonte: DP

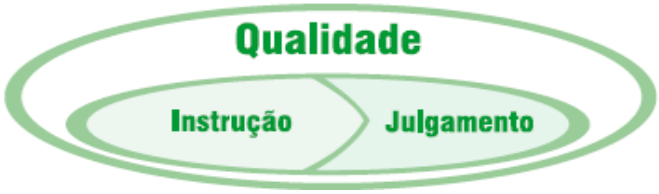
Foram apreciadas 192 auditorias especiais, destas 32 foram arquivadas ou remetidas ao TCU ou apensadas à Prestação de Contas. Das 160 que restaram 14,4% foram julgadas regulares, 44,4% foram julgadas regulares com ressalvas e 41,2% julgadas irregulares.

Durante o ano foram adotadas e mantidas 60 medidas cautelares em 2008, sendo 76,3% relativas à municípios e 23,7% à órgãos do Estado.



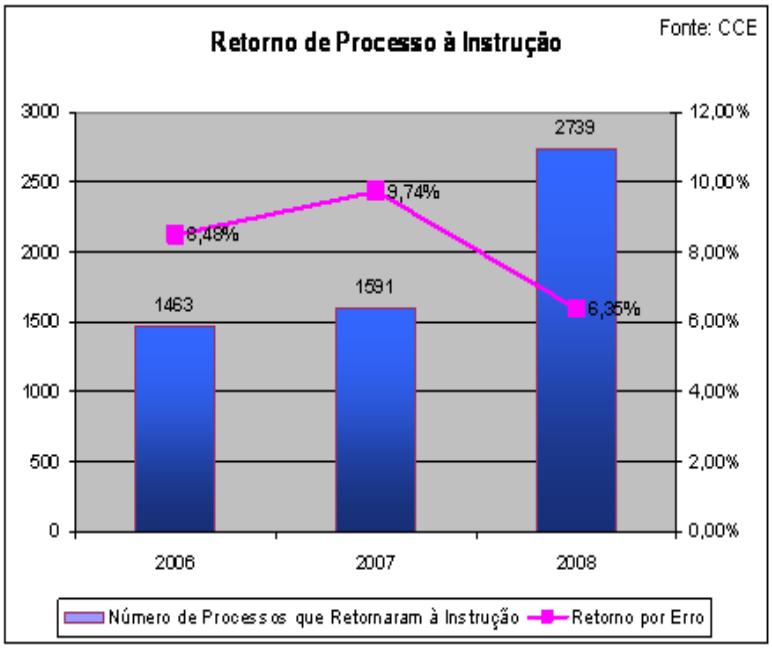
Dos 44 processos de Denúncias julgados 20,5% foram considerados procedentes e 31,8% procedentes em parte.

5.2. QUALIDADE NOS PROCESSOS FINALÍSTICOS



Uma das diretrizes do Presidente, explicitada no discurso de posse foi a melhoria da qualidade: *"Melhorar a qualidade das nossas auditorias, porém sem perder de vista algo de grande relevância, que é a celeridade dos nossos julgamentos. Como nos ensinou o grande Ruy Barbosa, pior do que a injustiça é a justiça tardia. Nossas auditorias têm que ser tecnicamente perfeitas e os nossos julgamentos cada vez mais céleres, sem que isso implique, em absoluto, o cerceamento do direito de defesa ou a fragilidade dos nossos relatórios técnicos".*

A Casa trabalhou fortemente na definição de padrões de qualidade através de mudanças de rotinas e adoção de mecanismos de controle, além do projeto estratégico "estruturação do voto". Todas essas atividades impactaram na produtividade anual. A Coordenadoria de Controle Externo (CCE) implantou controle de qualidade da instrução e dos relatórios em três dos seus quatro departamentos e alguns resultados já são mensuráveis. O sistema RPI (Retorno de Processos à Instrução) demonstra que o percentual de retorno de processo à instrução por erro caiu de 9,7% em 2007 para 6,4% em 2008.



5.3. COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Com o objetivo de melhorar a comunicação com o público externo foram desenvolvidas as seguintes atividades:

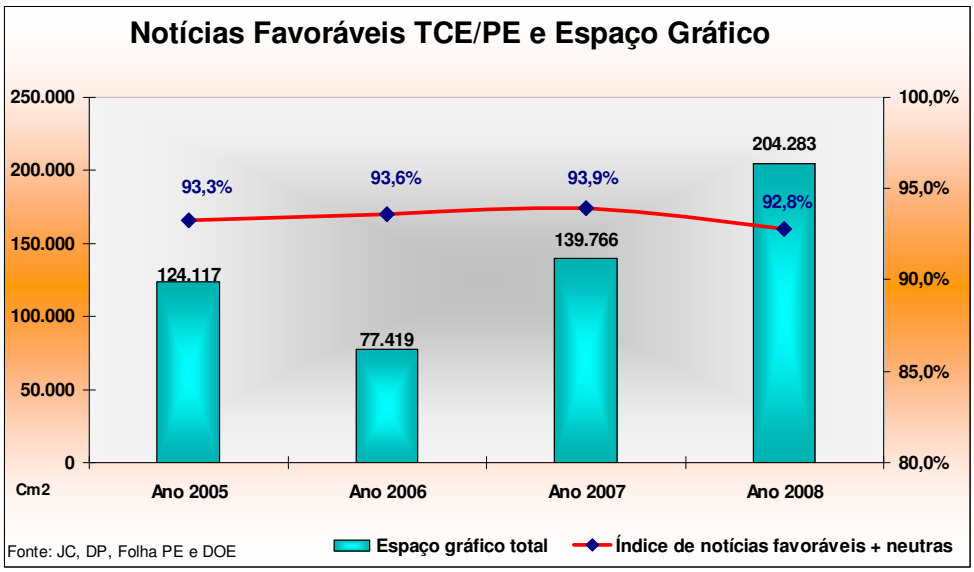
- Publicados textos do TCE-PE em coluna semanal nos três jornais de grande circulação de Pernambuco.
- Realizado o Fórum "A educação a serviço da gestão pública e da cidadania", visando melhorar a integração entre as Escolas de Governo, debater o seu papel, trocar experiências e pensar novos caminhos para o aperfeiçoamento dessas instituições, da gestão pública e da cidadania.

- Realizado o Seminário: "O Tribunal de Contas no Sistema de Combate à Corrupção: Instrumentos de Fiscalização e Meios de Prova".
- Desenvolvido o "Manual Informativo para a Imprensa", distribuído entre os órgãos de imprensa do Estado, que esclarece o modo de atuação do Tribunal.

Internamente, houve um interesse visível dos setores em melhorar a integração intra e interdepartamental, como também com a alta administração. Ações foram desenvolvidas no âmbito interno como a realização de fóruns gerenciais dos quais participaram gerentes das áreas de fiscalização, administração e julgamento.

O TCE-PE participou ativamente das atividades de comunicação do Programa de Modernização do Controle Externo (Promoex) com a coordenação nacional do grupo gestor de comunicação e a implementação do plano de comunicação, coordenação nacional da Política de Comunicação dos Tribunais de Contas e coordenação nacional da Pesquisa Nacional da Estrutura de Comunicação dos Tribunais de Contas.

O quadro a seguir indica o comportamento do indicador de notícias sobre o Tribunal veiculadas nos três jornais de maior circulação do Estado e Diário Oficial.

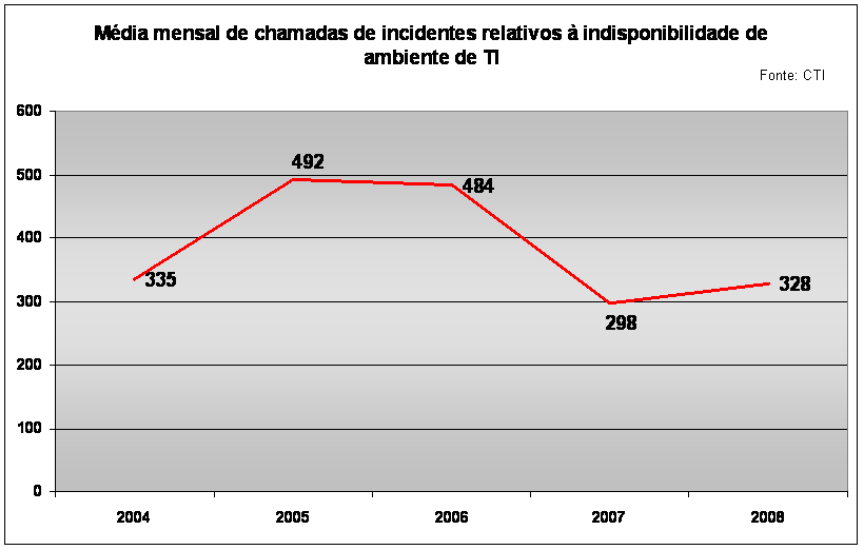


O número de acessos à página do TCE (site) na internet, medido a partir do 3º trimestre, foi de 219.811 acessos. Além disso, a partir de julho de 2008, o número de acessos aos vários setores da página do TCE-PE na internet tem sido acompanhado. Esse informação é importante para melhor direcionar esforços de comunicação com a sociedade e jurisdicionados

O mesmo tipo de levantamento é realizado para página na rede interna (intranet). Em 2008 foram 281.782 acessos na intranet, medidos a partir do 3° trimestre.

5.4. GESTÃO DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos trabalhos técnicos e do armazenamento e processamento dos inúmeros dados gerados pelas atividades próprias deste Tribunal, inclusive para a geração de informações estruturadas e úteis aos clientes e à sociedade, o TCE-PE vem aperfeiçoando seus sistemas de informática, tanto no que diz respeito a equipamentos quanto a aplicativos.



Para o melhor aparelhamento da instituição, o Tribunal adquiriu 250 novos computadores, alcançando a proporção de um computador para cada usuário da rede do TCE-PE.

5.5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Um importante indicador do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Administração (CAD) é o "Índice de atendimento a solicitações de serviços" no prazo de até 15 dias. O resultado de 2008 demonstra que 96,5% das solicitações de serviços foram atendidas. Foram realizadas 2.160 demandas internas de material e serviços, representando um crescimento de 75,6% em relação a 2007.

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de atendimento a solicitações de serviços	84,4%	93,6%	97,9%	96,0%	**96,5%**

Fonte: CAD

Dentro das atividades administrativas do Tribunal no ano de 2008 houve uma concentração de esforços no sentido de melhorar a infra-estrutura da instituição e aprimorar os sistemas administrativos.

a) Infra-estrutura

No que se refere à melhoria da infra-estrutura do Tribunal o ponto de destaque é a construção do edifício sede, com 10 andares, iniciada em 30 de dezembro de 2005 e inaugurado no dia 12 de dezembro de 2008, com o nome Edifício Dom Helder Câmara.

Especificação	Prédio Atual	Novo Prédio	Total
Área do terreno	2.380,00 m²	1.701,00 m²	4.081,00 m²
Área de escritório	4.413,90 m²	6.016,43 m²	10.430,33 m²
Área de garagem coberta	-	4.395,64 m²	4.395,64 m²
Área total	**4.413,90 m²**	**10.412,07 m²**	**14.825**,97 m²
Vagas de estacionamento	20	161	181

Fonte: CAD

O projeto buscou alcançar a melhor relação custo benefício para o Tribunal, somando adequação técnica, conforto, garantia, durabilidade, etc.

Considerando todos os prédios do TCE (Dom Helder Câmara, Nilo Coelho, Anexo I, Escola de Contas e as 9 Inspetorias) houve um acréscimo de 49% na área total de construção.

As Inspetorias Regionais de Arcoverde, Bezerros, Petrolina e Salgueiro estão sendo reformadas nos serviços de ampliação e cabeamento estruturado, também com o objetivo de proporcionar ao quadro técnico condições adequadas para o desempenho de suas atribuições.

b) Sistemas administrativos

Foram realizadas as seguintes atividades:

- Iniciada a implantação do projeto Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC;
- Treinados servidores nos sistemas administrativos.
- Capacitados servidores da sede e inspetorias metropolitanas em técnicas de atendimento (especificamente treinamento da recepção e telefonia).
- Elaborada uma cartilha de orientações sobre serviços administrativos.
- Implantado o sistema de postagem e AR (aviso de recebimento) nas Inspetorias Regionais e Departamento de Controle Municipal.
- Concluído o processo de implantação do Sistema de Administração de Material, Patrimônio, Compras e Contratos/Convênios (ASI), com treinamento de servidores para uso dos módulos de Material e Patrimônio.
- Implantado sistema administrativo "e-fisco", voltado para a administração contábil-financeira e interligado com as demais esferas da administração pública estadual, em parceria com a Secretaria da Fazenda.

5.6. GESTÃO FINANCEIRA

O orçamento do Tribunal de Contas autorizado para o exercício financeiro de 2008 foi de R$ 171.054.900,00, sendo R$ 167.468.900,00 custeados com recursos do Tesouro estadual (duodécimos), R$ 1.573.000,00 cobertos com recursos que seriam transferidos pela União à conta do convênio referente ao Programa de Modernização do Controle Externo (Promoex), R$ 1.147.000,00 resultantes de receitas diretamente arrecadadas pelo Tribunal, R$ 556.000,00

provenientes da alienação de ativos do Tribunal e mais R$ 310.000,00 oriundos do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE-PE.

O valor total autorizado inclui créditos adicionais no total de R$ 8.587.000,00 (+5%), oriundos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que serviram para reforço de dotações que se mostraram insuficientes ao longo do exercício.

Houve também acréscimo ao orçamento no valor de R$ 30.000,00 que teve como fonte as receitas de patrocínios obtidos junto ao Banco ABN/AMRO Real e à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), destinados à realização da edição das Olimpíadas TCE-PE em 2008 e de eventos relacionados às comemorações do aniversário de 40 anos do Tribunal.

Ao longo do exercício, houve outros créditos adicionais, no total de R$ 18.656.000,00, provenientes da anulação de dotações em igual montante. A execução orçamentária e financeira do TCE-PE em 2008 resume-se no quadro a seguir:

Evolução financeira do TCE-PE em 2008 – Recursos de todas as fontes – Em R$

Saldo de disponibilidades em 31/12/2007	**10.439.631,39**
Recursos obtidos em 2008 (duodécimos, receitas diretamente arrecadadas e repasses financeiros líquidos)	164.316.568,94
Despesas orçamentárias liquidadas em 2008	-155.156.646,89
Movimentação extra-orçamentária líquida em 2008	1.251.370,87
Saldo de disponibilidades em 31/12/2008	**20.850.924,31**
Valores a receber (adiantamentos de férias, 13º salário e outros)	1.498.525,95
Restos a pagar inscritos em 31/12/2008	-1.927.382,62
Consignações a pagar e contribuições previdenciárias a recolher	-1.493.560,20
Superávit financeiro em 31/12/2008	**18.928.507,44**

Fonte: E-Fisco 2008.

Os duodécimos repassados pelo Poder Executivo, que em 2008 somaram aproximadamente R$ 161.122.667,96, são a principal fonte de recursos do orçamento do TCE-PE. As receitas arrecadadas diretamente pelo Tribunal, que atingiram R$ 3.193.900,98 em 2008 e dentre as quais se destacam as provenientes de aplicações financeiras (72%), representam aproximadamente 2% do total de recursos obtidos no ano.

Entre as receitas diretamente arrecadadas, estão aquelas pertencentes ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE-PE, que, em 2008, alcançaram R$ 386.651,76. O Fundo não realizou quaisquer despesas em 2008 e seu saldo ao fim do exercício era de R$ 706.355,24.

Dentre as despesas liquidadas em 2008 pelo TCE-PE, algumas não foram pagas no final do exercício e foram inscritas como restos a pagar processados, no total de R$ 1.927.382,62. Aos restos a pagar somam-se, no final do exercício, as obrigações referentes a consignações a pagar e contribuições previdenciárias a recolher, no valor de R$ 1.493.560,20. O total de obrigações no Passivo Financeiro no final do ano foi, então, igual a R$ 3.420.942,82.

Como resultado, o superávit financeiro do TCE-PE no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2008 foi igual a R$ 18.222.152,20, consideradas todas as fontes de recursos.

As despesas orçamentárias do TCE-PE liquidadas em 2008 totalizaram R$ 155.156.646,89. Apresenta-se a seguir a execução orçamentária do TCE-PE em 2008 segundo a ótica das classificações econômica e programática das despesas, considerando todas as fontes de recursos.

ANÁLISE CONFORME A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

A classificação econômica evidencia, em seus diversos níveis de detalhamento, os insumos adquiridos pela Administração com vistas à manutenção e expansão de suas ações e para o alcance dos objetivos e metas traçados nos instrumentos de planejamento.

Os comentários a seguir se concentrarão, principalmente, no nível de agregação denominado Grupo de Natureza da Despesa, conforme inciso II do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As despesas orçamentárias realizadas pelo TCE-PE em 2008 classificaram-se exclusivamente nos grupos:

1 – Pessoal e Encargos Sociais,
3 – Outras Despesas Correntes e
4 – Investimentos.

Grupo 1 – Despesas de pessoal e encargos sociais

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE em 2008 totalizaram R$ 131.225.715,03, valor que corresponde a cerca de 85% das despesas do ano. Esse valor é 24% superior aos R$ 105.520.931,13 registrados em 2007, acréscimo que decorreu, principalmente, do primeiro ano de vigência e implantação das alterações do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Tribunal, conforme Lei estadual nº 13.442, de 5 de maio de 2008.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE, segundo o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2008, mesmo após as alterações do PCCV acima referidas, corresponderam a 1,21% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Pernambuco nesse ano, percentual inferior ao limite prudencial de 1,48% da RCL, o que evidencia o pleno cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e confirma a prudência, o conservadorismo do TCE-PE nas suas estimativas ante o desempenho da RCL em 2008.

Grupo 3 – Outras despesas correntes

As despesas do TCE-PE classificadas no grupo de Outras Despesas Correntes em 2008 somaram R$ 19.175.405,63. Esse valor representa cerca de 12% do total de despesas do ano e é inferior em 2,5%, em valores nominais, aos R$ 19.629.365,16 registrados em 2007, resultado da austeridade com que o Tribunal geriu seus recursos ao longo do ano.

Grupo 4 - Investimentos

As despesas do TCE-PE classificadas no grupo de Investimentos somaram R$ 4.755.526,23, valor que representa aproximadamente 3% das despesas totais do exercício e que, tal como se observou no grupo 3, foi inferior aos R$ 12.070.576,93 investidos em 2007 (-61%).

Os Investimentos do TCE-PE em 2008 concentraram-se em cinco áreas mais relevantes, que somaram 90% do total das despesas do grupo 4, como segue:

Despesas do grupo 4 – Investimentos do TCE-PE em 2008 – Em R$

Título	Total em 2008	% no grupo
OBRAS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA	3.198.984,42	67%
MOBILIÁRIO PARA A NOVA SEDE	317.850,70	7%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS (*STORAGE*)	273.249,43	6%
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA PARA A REDE DE INFORMÁTICA (*NO-BREAK, FIREWALL*)	327.840,00	7%
EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE E SEGURANÇA DE ACESSO À NOVA SEDE	128.941,26	3%
SOMA	**4.246.865,81**	**90,00%**

Fonte: E-FISCO 2008

A redução do nível de investimentos era esperada em 2008, comparativamente aos exercícios de 2006 e 2007, pois naqueles dois exercícios concentrou-se a maior parte das despesas de construção da nova sede. Essa obra consumiu ainda, em 2008, investimento complementar de R$ 2.657.582,96, até sua conclusão, no quarto trimestre desse ano.

Além dessa obra, ocorreram despesas de reforma das inspetorias regionais de Arcoverde e Bezerros, que somaram R$ 321.091,64, e das inspetorias de Salgueiro e Petrolina, nas quais foram aplicados R$ 220.309,82.

ANÁLISE CONFORME A CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA

As despesas orçamentárias de 2008 do TCE-PE serão analisadas a seguir segundo os programas estabelecidos no orçamento, desdobrados nas ações que os integram.

A definição de programas orçamentários consta do artigo 2º da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (atual Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG):

> *"Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;"*

As ações orçamentárias podem ser denominadas projetos, atividades ou operações especiais, assim definidas na mesma portaria mencionada acima:

> *"Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das*

quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

"Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

"Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;"

Programa 0256 – Controle externo da administração pública estadual e municipal

O programa 0256 constante do orçamento do TCE-PE tem por objetivo o exercício do controle externo da Administração Pública, na esfera de competência do TCE-PE. É o principal programa orçamentário do Tribunal, vinculado à atividade finalística do órgão e composto por sete ações.

⇨ Atividade 0591 – Capacitação e valorização de servidores

A atividade 0591 tem por finalidade capacitar os servidores e gestores do TCE-PE. Seu orçamento autorizado para 2008 foi de R$ 3.732.000,00, entre despesas de Pessoal e Encargos Sociais (grupo 1 – R$ 2.758.000,00), Outras Despesas Correntes (grupo 3 – R$ 968.000,00) e Investimentos (grupo 4 – R$ 6.000,00).

As despesas realizadas em 2008 nessa ação somaram R$ 3.092.896,74, ou 83% do total orçado. Em 2007, as despesas de capacitação somaram R$ 2.591.160,48. As despesas de Pessoal e Encargos Sociais atingiram R$ 2.622.718,33, valor superior em 38% ao total de R$ 1.894.671,51 contabilizado em 2007. As Outras Despesas Correntes, por outro lado, totalizando em 2008, nessa ação, R$ 470.178,41, apresentaram redução em relação ao total das despesas de mesma natureza registrado em 2007, e corresponderam a cerca de 68% do total de R$ 696.488,97 contabilizado naquele ano.

Foram 527 os servidores que se beneficiaram de atividades de capacitação ao longo do exercício de 2008, número considerado satisfatório. A meta de 800 servidores fixada na LOA não foi alcançada em decorrência de dois fatores principais: 1) maior rigor na análise das demandas de capacitação; e, 2) realização da Operação Eleições no âmbito municipal, que restringiu a disponibilidade de tempo dos servidores para capacitação. A meta será revista para os próximos exercícios considerando tais fatores.

⇨ Projeto 1108 – Construção de instalações físicas do TCE-PE

A finalidade do projeto 1108 é dotar o TCE-PE de instalações físicas necessárias ao seu funcionamento. As despesas a ele atribuídas referiram-se em 2008 exclusivamente à meta de construção do imóvel que agora serve como nova sede do Tribunal, considerando as despesas da construção em si, além de outras relativas à elaboração de projetos pertinentes à obra e à compra e instalação de equipamentos até sua conclusão.

O orçamento dessa ação para 2008 foi de R$ 5.129.000,00, inicialmente voltado para três metas: 1) a conclusão do edifício-sede do Tribunal, 2) a construção de um edifício-garagem no terreno do estacionamento mantido na Av. Mário Melo; e 3) a construção de uma interligação entre o edifício-sede e o edifício-garagem. As duas últimas metas foram adiadas, para que houvesse discussão mais aprofundada sobre as soluções propostas.

Do valor autorizado para a ação de Construção (1108) no exercício de 2008, realizaram-se despesas no total de R$ 3.006.619,09 (59%). O contrato de construção do novo edifício foi firmado no fim de 2005 e os trabalhos se iniciaram em 2006. O total contratado foi de R$ 16,5 milhões para execução em até três anos. A obra foi concluída em meados do quarto trimestre de 2008.

⇨ Atividade 1111 – Controle externo da aplicação dos recursos públicos do Estado e dos Municípios de Pernambuco

A atividade 1111 registra os gastos destinados às atividades de controle externo de responsabilidade do TCE-PE na administração pública estadual e municipal, entre as quais se incluem as despesas de Pessoal e Encargos Sociais referentes ao Conselho, aos órgãos especiais e aos segmentos ligados ao Grupo Ocupacional de Controle Externo (GOCE) e as despesas com diárias e ressarcimento de transporte (PQR) destinadas ao exercício do controle externo.

O orçamento autorizado para essa atividade em 2008 foi de R$ 93.688.000,00, entre despesas de Pessoal e Encargos Sociais (R$ 91.988.000,00 – 98%) e Outras Despesas Correntes (diárias e ressarcimento de transporte – R$ 1.700.000,00 – 2%), tendo como meta o julgamento de 10.000 processos.

Após o encaminhamento do projeto de lei da LOA/2008, por ocasião da revisão do planejamento estratégico para o exercício de 2008, a meta de processos julgados foi reduzida de 10.000 para 7.800, número que se mostrava compatível com a quantidade de processos formalizados nos últimos anos. Essa redução teve como objetivo priorizar a melhoria da qualidade da instrução e julgamento e focar o acompanhamento da gestão dos jurisdicionados.

As despesas realizadas em 2008 na ação de Controle Externo (1111) somaram R$ 89.695.667,93, ou 95% do total autorizado. Em 2007, nessa mesma ação, as despesas somaram R$ 72.766.327,95 (99% do total autorizado), observando-se, assim, em 2008, crescimento nominal próximo de 23%.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais na ação 1111 somaram em 2008 R$ 88.721.220,38, valor que superou em 24%, em termos nominais, aos R$ 71.533.682,07 liquidados em 2007.

As Outras Despesas Correntes contabilizadas nessa ação em 2008, relativas, exclusivamente a diárias e ressarcimento de transporte para atividades de controle externo, somaram R$ 974.447,55, valor inferior em 21% ao total de R$ 1.232.645,88 de despesas de mesma natureza e finalidade registradas em 2007.

A quantidade de processos julgados em 2008 foi de 6.511, conforme item 5.1, o que correspondeu a 83,5% da meta.

⇨ Atividade 1112 – Desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura tecnológica do TCE-PE

A atividade 1112 tem por finalidade prover o TCE-PE dos recursos de tecnologia da informação necessários a seu funcionamento. Sua meta é a execução dos serviços de responsabilidade da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI).

O orçamento autorizado para essa atividade em 2008 foi de R$ 6.835.500,00, valor pouco inferior aos R$ 6.974.500,00 autorizados em 2007. O total distribuiu-se entre despesas de Pessoal e Encargos Sociais (R$ 3.809.000,00 – 55% do total autorizado), Outras Despesas Correntes (R$ 2.161.000,00 – 32%) e Investimentos (R$ 865.500,00 – 13%).

As despesas realizadas em 2008 somaram R$ 5.835.364,71, próximas de 85% do total autorizado. Em 2007, a execução somou R$ 5.370.211,04, ou 77% do que foi autorizado para aquele exercício. As despesas de 2008 superaram as de 2007 em 9%, em valores nominais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais na área de informática somaram R$ 3.600.161,32, valor superior em 29% aos R$ 2.790.518,96 registrados em 2007. As Outras Despesas Correntes na ação 1112 totalizaram, em 2008, R$ 1.612.300,64, valor também maior que os R$ 1.545.340,45 liquidados em 2007 (acréscimo nominal de 4%).

Os Investimentos na ação de Informática foram menores em 2008 que em 2007, somando R$ 622.902,75, valor inferior em 39%, em termos nominais, aos R$ 1.034.351,63 liquidados em 2007.

⇨ Projeto 1389 – Projeto de modernização do controle externo – Promoex

O Promoex tem por finalidade fortalecer o sistema de controle externo como instrumento de cidadania e de efetiva transparência e regular gestão dos recursos públicos. A meta do projeto é a execução do Promoex tal como estabelecido nos convênios e demais documentos elaborados conjuntamente pelos Tribunais de Contas do Brasil, pelo Ministério do Planejamento e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O orçamento autorizado para o exercício de 2008, terceiro ano de efetiva execução do projeto, foi de R$ 2.073.000,00, sendo R$ 1.303.000,00 para Outras Despesas Correntes (63%) e R$ 770.000,00 de Investimentos (37%). Não houve novos aportes do convênio para o TCE-PE em 2008. As despesas realizadas somaram R$ 398.337,35, inclusive contrapartidas, exclusivamente relativas a Outras Despesas Correntes.

Dentre as despesas liquidadas em 2008, destacam-se R$ 99.000,00, com recursos de contrapartida, como complemento do contrato para implantação e adaptação do conjunto de sistemas informatizados de controle e gerenciamento administrativo; consultorias diversas que somaram R$ 103.820,28; passagens e diárias para atividades referentes ao convênio, no valor de R$ 90.840,92; transferências para o Instituto Rui Barbosa (IRB) e para a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), também para ações previstas no convênio, no valor de R$ 81.491,00, além de contribuições previdenciárias em favor do INSS no total de R$ 20.764,05.

⇨ Atividade 2741 – Comunicação institucional do Tribunal de Contas

Essa atividade concentra as despesas que tenham por finalidade realizar ações que envolvam a coordenação, produção e veiculação de informações institucionais do Tribunal de Contas em televisão, rádio e veículo de mídia impressa. A segregação dessas despesas permite evidenciar os esforços de comunicação do TCE-PE com a sociedade.

A ação 2741 contou com orçamento autorizado no valor de R$ 317.000,00. As despesas liquidadas em 2008 nessa ação somaram R$ 45.131,00 (14%), referentes à publicação de textos de informação e orientação e anúncios institucionais nos três principais jornais de grande circulação do Estado de Pernambuco.

⇨ Projeto 2742 – Reforma de instalações físicas do Tribunal de Contas

A ação 2742 tem por finalidade concentrar as despesas decorrentes das reformas de instalações físicas do TCE-PE, incluindo sede e inspetorias regionais. Essa ação foi criada considerando o grande vulto de algumas reformas previstas, em especial a do antigo prédio sede do Tribunal, para permitir melhor controle e acompanhamento desses gastos e evitar distorções na análise dos valores registrados na ação 0592 – Gestão Administrativa.

O orçamento autorizado em 2008 foi de R$ 2.067.000,00, valor que correspondia, inicialmente, à meta de reforma de sete unidades (Inspetorias) do Tribunal. Ao longo do exercício, iniciaram-se os serviços de reforma de quatro inspetorias regionais (Arcoverde, Bezerros, Salgueiro e Petrolina), que resultaram em despesas liquidadas no total de R$ 541.401,46.

Apesar dos esforços administrativos, não se iniciou em 2008 a reforma do antigo prédio sede do Tribunal, cuja licitação estava em conclusão no mês de dezembro.

Programa 0257 – Apoio à gestão administrativa e financeira do Tribunal de Contas

O programa 0257 compõe-se de três ações e centraliza a gestão dos serviços comuns que apóiam a execução das ações finalísticas do TCE-PE.

⇨ Atividade 0592 – Gestão administrativa das ações do TCE-PE

A atividade tem por finalidade executar os serviços de natureza financeira, de pessoal, de material e patrimônio necessários ao desempenho do TCE-PE. Sua meta é a execução dos serviços que lhe sejam pertinentes.

O orçamento autorizado para essa atividade em 2008 foi de R$ 30.451.400,00, superior em cerca de 10% ao total autorizado em 2007. As despesas registradas nessa atividade somaram R$ 26.728.663,50, também cerca de 10% acima dos R$ 24.452.569,34 contabilizados em 2007.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais registraram R$ 17.855.717,50 (67% do total autorizado para a ação), com acréscimo de 20% sobre os R$ 14.859.298,36 liquidados em 2007.

As Outras Despesas Correntes somaram R$ 8.288.343,07 (31% do total autorizado para a ação), praticamente sem alteração frente aos R$ 8.188.868,76 registrados em 2007 (acréscimo nominal de 1%), consequência da austeridade e parcimônia nos gastos.

Os Investimentos na ação de Gestão Administrativa em 2008 somaram R$ 584.602,93 (2%), cerca de 41% do total de R$ 1.404.402,22 em Investimentos registrado em 2007.

⇨ Operação especial 1109 – Contribuições patronais do TCE-PE ao FUNAFIN

A finalidade da operação especial 1109 diz respeito exclusivamente à contabilização das despesas de contribuição patronal ao FUNAFIN de responsabilidade do TCE-PE. Sua meta consiste apenas no recolhimento das contribuições dos doze meses do ano, inclusive a incidente sobre o 13º salário.

O orçamento autorizado para as contribuições ao FUNAFIN foi de R$ 19.223.000,00 e as despesas executadas somaram R$ 18.425.897,50, cerca de 96% do total autorizado. O TCE-PE encontra-se em situação plenamente regular com relação ao cumprimento das obrigações previdenciárias estaduais.

⇨ Operação especial 1391 – Concessão de auxílio-alimentação a servidores do TCE-PE

Essa ação destina-se exclusivamente ao registro das despesas com o auxílio-alimentação concedido aos servidores do TCE-PE. A meta dessa ação refere-se apenas à concessão dos benefícios mensais, que são pagos conjuntamente com a folha de pagamento normal.

O orçamento autorizado para esse benefício em 2008 foi de R$ 7.224.000,00, dos quais se realizaram R$ 7.125.640,50, valor próximo de 99% da dotação, valor inferior em 4% aos R$ 7.396.045,42 contabilizados em 2007.

Programa 0445 – Sistema Estadual de Informática de Governo (SEIG)

O programa Sistema Estadual de Informática de Governo (SEIG) tem por objetivo ampliar adequadamente a infra-estrutura, intensificar o uso e subsidiar o gerenciamento de recursos, ativos e serviços de tecnologia da informação, nos Órgãos da Administração Pública Estadual, possibilitando a melhoria da oferta de serviços públicos prestados direta e indiretamente ao cidadão. No âmbito do TCE-PE, a ação 2799 vincula-se a esse programa de governo.

⇨ Atividade 2799 – Operacionalização do Acesso à Rede Digital Corporativa de Governo PE-MULTIDIGITAL no Tribunal de Contas

A Rede PE-Multidigital é nome dado à nova estrutura de acesso à internet e a serviços de telefonia por meio de protocolo de internet desenvolvida e oferecida pela Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI) para todos os órgãos do Estado.

O orçamento autorizado para essa atividade em 2008, primeiro ano de efetiva utilização dos serviços, foi de R$ 315.000,00, dos quais foram liquidadas despesas no total de R$ 261.027,11, cerca de 83% do total.

INDICADORES DA GESTÃO FINANCEIRA

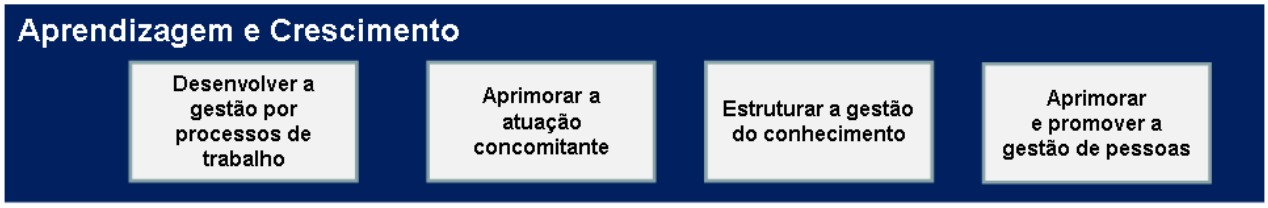
Apresentamos a seguir alguns indicadores da gestão financeira do TCE-PE nos últimos cinco anos:

INDICADORES	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de despesas com pessoal de acordo com a LRF	1,26%	1,23%	1,26%	1,23%	**1,21%**
Índice de execução do orçamento total	86,55%	94,78%	94,18%	94,88%	**90,71%**
Índice de execução do orçamento de custeio	70,65%	87,83%	80,07%	81,40%	**78,17%**
Índice de execução do orçamento de investimento	24,14%	63,77%	89,48%	89,33%	**48,90%**
Índice de execução do orçamento de pessoal	95,15	98,31	97,73%	98,62%	**95,93%**

Fonte: CAD

6. PERSPECITVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Na perspectiva da Aprendizagem e Crescimento foram definidos objetivos para ampliar e fortalecer as competências do conjunto de servidores da instituição, assim como suas competências tecnológicas. Os objetivos dessa perspectiva formam uma base de sustentação para a realização de todos os outros. São eles:



6.1. GESTÃO POR PROCESSOS DE TRABALHO

Com a proposta de desenvolver no Tribunal de Contas do Estado a gestão por processos de trabalho, foi realizada a capacitação de 30 servidores em "Gestão por Processos". Neste curso foi definido o mapeamento dos fluxos dos processos de "aquisição" (área administrativa) e de "notificação" (área finalística) do TCE.

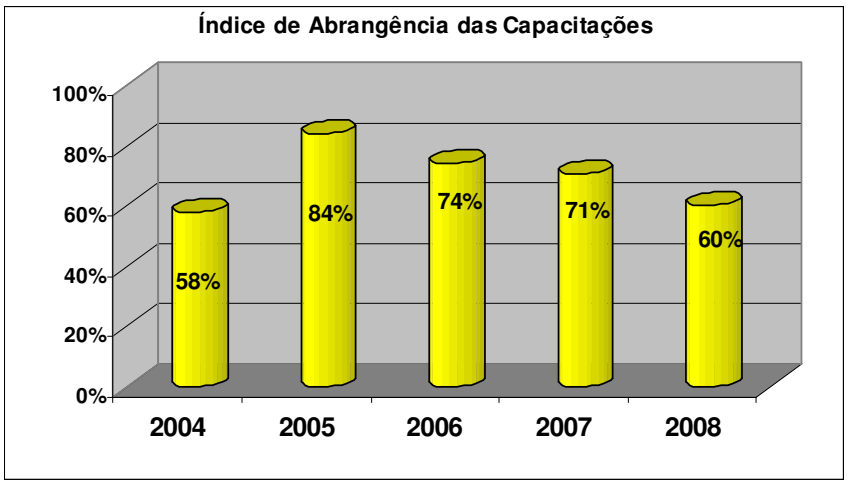
A Escola de Contas, por sua vez, visualizando o progressivo aumento no volume de cursos e atividades desenvolvidas, verificou a necessidade de aprimoramento dos seus processos de trabalho e estabeleceu como uma de suas prioridades o mapeamento desses processos e o seu respectivo aperfeiçoamento, visando incrementar a produtividade e reduzir os riscos de erros.

O primeiro processo da Escola mapeado, estruturado e racionalizado foi o de celebração de convênios. Também foram mapeados os processos de celebração e gestão de contratos, de realização de concurso de monografias e o de planejamento de cursos oferecidos pela escola.

Foram elaborados ainda os manuais de procedimentos de duas unidades: Departamento de Informação e Documentação (DID) e Diretoria Geral (DG).

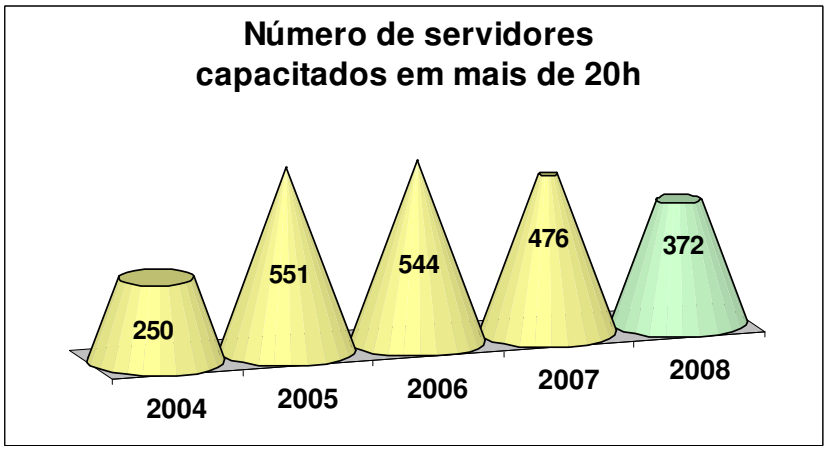
6.2. GESTÃO DO CONHECIMENTO

O Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) autorizou durante 2008 a capacitação de 527 servidores, ou seja, 60% do quadro de funcionários do TCE-PE participaram de capacitação ou treinamento.



Fonte: DGP

Do total de capacitados, 71% participaram de cursos com mais de 20 horas-aula, considerando os cursos oferecidos pela Escola de Contas e os realizados em outras entidades.



Fonte: DGP

Até novembro de 2008, a ECPBG realizou 62 turmas de capacitação para servidores do TCE-PE. Vale destacar as capacitações promovidas pela CCE para os servidores lotados nas 9 inspetorias regionais, no DCM e no DCE, quais sejam: "Metodologia de Auditoria de Acompanhamento", "Produção de Provas" e "Elaboração de Relatórios".

Com vistas a estruturar a gestão do conhecimento no TCE-PE, a Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães (ECPBG), vem realizando diversas atividades e o destaque vai para a "Oficina do Conhecimento", cujas atividades preparatórias envolveram a identificação, sistematização e apoio ao depósito, na biblioteca, da produção acadêmica dos servidores da instituição em nível de mestrado e doutorado. Esse trabalho resultou na identificação de cerca de cinqüenta monografias, entre teses e dissertações, referentes a cursos cuja realização, na maioria dos casos, foi apoiada pelo TCE-PE. Ressalte-se que, em 2008, o número de trabalhos desta natureza depositados na Biblioteca do TCE-PE subiu de 8 para 27.

No que diz respeito às atividades de capacitação para essa estruturação, foi realizado no período de 18 de setembro a 24 de outubro o curso de gestão do conhecimento, com a participação de 20 servidores. Os trabalhos culminaram com a apresentação de casos práticos versando sobre cada um dos 4 módulos do curso, com efetivo potencial de utilização no dia a dia da instituição.

Merecem destaque ainda as atividades vinculadas ao Concurso de Monografias – Prêmio Professor Barreto Guimarães, realizado anualmente a partir de 2006. Além da organização da edição de 2008, cujo tema foi "O Tribunal de Contas no sistema de combate a corrupção: instrumentos de fiscalização e meios de prova", também foram efetuadas as revisões finais para a publicação dos livros referentes às premiações anteriores (2006 e 2007).

Além dessas ações desenvolvidas pela ECPBG com relação à gestão do conhecimento, a CCE elaborou o Projeto de Gestão do Conhecimento de Auditoria em Saúde com foco na Atenção Básica de Saúde (de responsabilidade do Estado e de todos os municípios pernambucanos) que contou com a participação de auditores de saúde e auditores de contas. A primeira etapa deste Projeto foi finalizada no 2º trimestre com a produção de um programa de auditoria e de uma auditoria de acompanhamento sobre o tema no Município de Moreno. No 3º trimestre, foi finalizada a terceira etapa do Projeto com o teste do programa por equipes das Inspetorias Regionais de Surubim e Bezerros.

No ano de 2008 o TCE-PE adquiriu 458 livros, incorporando-os ao acervo da Biblioteca, e outros 831 destinados ao prêmio de valorização dos servidores. Foram realizados 16.759 empréstimos de livros (15,6% a mais que em 2007), no segmento de pesquisas e consultas foram efetuados 1.878 atendimentos de demandas com destaque para aquelas relativas à Jurisprudência.

Como prática inovadora, deve-se destacar o trabalho da Inspetoria de Surubim, que iniciou com informações solicitadas aos jurisdicionados, o cadastro de servidores e de despesas dos exercícios 2007 e 2008, incluindo Prefeituras e Câmaras da área de atuação. Esse banco de dados será utilizado como insumo para futuras auditorias, além de já terem sido encontradas algumas irregularidades, como servidor ocupando cargos em até quatro municípios diferentes.

6.3. APRIMORAR A ATUAÇÃO CONCOMITANTE

Além das ações já descritas no "projeto estratégico: metodologia de atuação concomitante" foram realizadas em 2008:

- Desenvolvimento de ferramenta informatizada (CACO) para gerenciamento das auditorias de acompanhamento e informatização de papéis de trabalho e resumos de auditoria.
- Levantamento de indicadores sociais para subsidiar o planejamento dos trabalhos de acompanhamento.
- Desenvolvimento de indicador para medição da efetividade da análise de editais de concurso e licitações.
- Concepção e implementação de Projeto de Gestão do Conhecimento em Auditoria de Saúde para incremento das auditorias de acompanhamento na área eleita como prioritária para 2008.

6.4. GESTÃO DE PESSOAS

No ano de 2008, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do TCE-PE. Ao final de 2008 estavam ocupados 93,1% dos cargos efetivos/vitalícios do TCE-PE, conforme quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo dos cargos efetivos / vitalícios

CARGO	Existente	Ocupado	Vago
Conselheiro	07	07	00
Auditor (Conselheiro Substituto)	10	09	01
Procurador Geral-Adjunto	01	01	00
Procurador	08	08	00
Procurador do Tribunal de Contas	04	04	00
Auditor das Contas Públicas	214	195	19
Auditor das Contas Públicas para Área da Saúde	05	05	00
Técnico de Auditoria das C. Públicas	186	185	01
Inspetor de Obras Públicas	71	61	10
Técnico de Inspeção de O. Públicas	40	40	00
Analista de Sistemas	30	20	10
Programador de Computador	07	07	00
Assistente Técnico de Plenário	24	24	00
ATIA	121	111	10
Agente de Segurança	05	05	00
Assistente de Plenário	01	01	00
Bibliotecário	02	02	00
TOTAL (*)	**736**	**685**	**51**

Fonte: DGP

Resumo Geral de Cargos

CARGOS EFETIVOS OCUPADOS	685 (*)
CARGOS EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	48
CONTRATOS TEMPORÁRIOS	-
SERVIDORES À DISPOSIÇÃO DO TCE	177 (**)
APOSENTADOS	96
TOTAL GERAL	1.006

(*) No total estão inclusos 34 servidores cedidos a outros órgãos
(*) 2 servidores à disposição possuem 2 órgãos de origem. Fonte: DGP

A força de trabalho do TCE-PE em dezembro de 2008 era de 874 funcionários, com 74,4% servidores efetivos; 5,5% cargos comissionados e 20,1% de servidores à disposição do TCE-PE. A divisão por setores era: área de instrução com 46,7% dos funcionários, julgamento com 24,0% e área administrativa 29,3%.

O programa TCEndo Saúde foi continuado e aprimorado em suas três principais áreas de atuação: gerenciamento de estresse; alimentação saudável e atividade física. A V Olimpíada Interna contou com a inscrição de 610 funcionários-atletas, participando servidores efetivos, aposentados, à disposição do TCE, comissionados e terceirizados, proporcionando uma grande integração e estímulo à prática de atividade física, com repercussões positivas no desempenho funcional dos servidores.

7. ATOS NORMATIVOS DO EXERCÍCIO

PORTARIAS 2008		
Nº DE ORDEM	**DATA**	**EMENTA**
009/2008	02/01/2008	Altera o artigo 8º da Portaria nº. 140/2006, de 13/02/2006, que criou o GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL – ANOP.
010/2008	02/01/2008	Altera o art. 18-A da Portaria nº. 141/2006, de 13/02/2006, que criou o Grupo de Trabalho do Programa de Informatização da Auditoria – AUDIN.
026/2008	08/01/2008	Fixa os relatores dos processos conexos, por grupos de unidades gestoras municipais e estaduais, relativos à competência do exercício financeiro de 2008.
070/2008	17/01/2008	Disciplina o uso dos veículos de representação e de serviço do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE.
090/2008	28/01/2008	Estabelece nova disciplina ao Projeto de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – PROMOEX-PE.
101/2008	01/02/2008	Disciplina a remoção dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
124/2008	11/2/2008	Altera a Portaria nº. 568/2006, de 20.12.2006, que disciplina a concessão de diárias aos servidores do Tribunal de Contas, que se deslocarem da sede em objeto de serviço ou em missão oficial e o sistema de Pagamento por Quilômetro Rodado (PQR).
194/2008	28/03/2008	Disciplina a sistemática de averbação de consignações em folha de pagamento para os servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE.
207/2008	24/04/2008	Disciplina o Prêmio de Valorização dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para o exercício de 2008
217/2008	30/10/2008	Altera o art. 8º da Portaria nº. 140/2006, de 13/02/2006, que cria o Grupo de Trabalho para Implantação e o Desenvolvimento da Auditoria de Natureza Operacional – ANOP, no âmbito deste Tribunal de Contas.
223/2008	08/05/2008	Altera a Portaria nº. 194/2008, de 28/03/2008, que dispõe sobre a averbação de consignações em folha de pagamento para os servidores deste Tribunal de Contas.
274/2008	09/07/2008	Regulamenta o Programa de Estágio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
275/2008	09/07/2008	Inclui a Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária – APEVISA – e o Laboratório Central de Pernambuco – LACEN, no Grupo 05 das Unidades Gestoras Estaduais, de que trata o artigo 3º da Portaria nº 001/2007, de 3 de janeiro de 2007.
296/2008	28/07/2008	Regulamenta a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
313/2008	19/08/2008	Torna sem efeito a Portaria nº. 460/2005 publicada em 05 de outubro de 2005 no DOE.
315/2008	25/08/2008	Disciplina a remoção dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
316/2008	27/08/2008	Altera a Portaria nº. 527/2006 de 13 de novembro de 2006, que regulamenta a utilização das obras do acervo da Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

RESOLUÇÕES 2008		
Nº DE ORDEM	**DATA**	**EMENTA**
01/2008	30/01/2008	Estabelece normas relativas à composição das prestações de contas anuais das Câmaras Municipais e dá outras providências.
02/2008	30/01/2008	Estabelece normas relativas à composição das contas anuais das unidades gestoras da Administração Direta e Indireta Estadual e Fundos Especiais Estaduais e dá outras providências.
03/2008	30/01/2008	Estabelece normas relativas à composição das contas anuais das Prefeituras Municipais, das entidades da Administração Indireta Municipal e Fundos Especiais Municipais e dá outras providências.
04/2008	28/05/2008	Disciplina a concessão de Medida Cautelar e a possibilidade de análise prévia de minutas de editais de licitação pelo Tribunal de Contas.
05/2008	28/05/2008	Disciplina as Decisões Monocráticas em processos de aposentadorias, reformas, transferências para reserva remunerada e pensões e dá outras providências.
06/2008	23/07/2008	Cria a Medalha Dom Hélder Câmara e dá outras providências.
07/2008	23/07/2008	Aprova o Manual de Organização, regulamenta as competências e atribuições das Unidades Organizacionais do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e de seus respectivos cargos comissionados e funções gratificadas e dá outras providências.
08/2008	08/10/2008	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho ao Procurador DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR.
09/2008	15/10/2008	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho à Senhora MADALENA ARRAES DE ALENCAR.
10/2008	15/10/2008	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho ao Ex-Deputado EDUARDO GOMES DE ARAÚJO.
11/2008	15/10/2008	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho ao Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco JONES FIGUÊIREDO ALVES.
12/2008	22/10/2008	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho ao Empresário Dr. FRANCISCO EUSTÁCIO FERNANDES VIEIRA.
13/2008	22/10/2008	*Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho à Juíza de Direito Dra. ILDETE VERÍSSIMO DE LIMA.*
14/2008	22/10/2008	*Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho ao Dr. CYRO DE ANDRADE LIMA.*
15/2008	19/11/2008	*Dispõe sobre o processo de Auto de Infração, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.*
16/2008	26/11/2008	*Dispõe sobre cessão de servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco a outros orgãos ou entidades e dá outras providências.*

8. CONCLUSÃO

Em 2008, o Tribunal deu prioridade à consolidação da atuação concomitante com o aprimoramento de sua metodologia e foco nas auditorias de acompanhamento. Como vem sendo desde 2000 em anos eleitorais, foi realizada, em parceria com o Ministério Público de Pernambuco, a Operação Eleições, atividade que exige grande mobilização de vários segmentos técnico-administrativos, particularmente das Inspetorias Regionais.

O Tribunal de Contas, sentindo a necessidade de uma maior solidariedade da sociedade para o exercício do controle social, deu prosseguimento a ações de caráter relevante, tais como o projeto 'Ouvidoria Itinerante' e o programa 'TCEndo Cidadania'.

Foi concluído e implantado o novo Plano Estratégico para vigorar de 2008 a 2012. A propósito, o presente texto expõe as inovações metodológicas de trabalho adotadas, bem como os novos objetivos estratégicos do Tribunal para os próximos cinco anos.

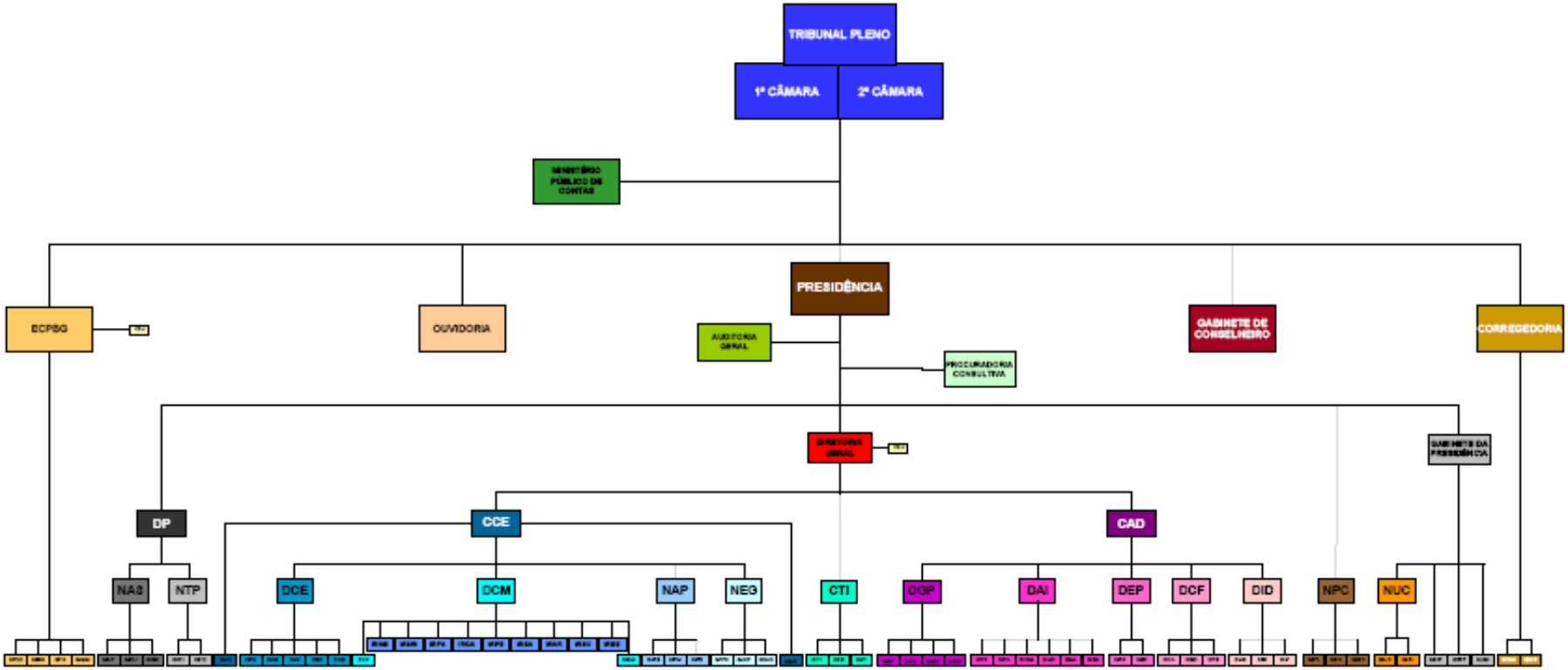
No que se refere à melhoria da infraestrutura do Tribunal, o ponto de destaque foi a inauguração do novo edifício sede, no dia 12 de dezembro de 2008, com o nome Edifício Dom Helder Câmara.

Todas as ações e inovações realizadas são guiadas por um norte, o planejamento estratégico, evitando o desperdício de recursos em atividades diversas de sua visão e missão e mais importante, tornando o desenvolvimento do TCE-PE sustentável, consolidado a cada gestão.

Recife, 13 de fevereiro de 2009

SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Conselheiro Presidente

Anexo I - ORGANOGRAMA



LEGENDA	
ÓRGÃOS ORIGINÁRIOS	Tribunal Pleno 1ª e 2ª Câmaras
ÓRGÃOS SUPERIORES E UNIDADES VINCULADAS	PRES, NPC, CORG, OUVI e ECPSG
ÓRGÃOS ESPECIAIS	MPCO, AUGE e PROC
ÓRGÃOS AUXILIARES	

Gerência de Desenvolvimento Organizacional – GDEO / NPC | **dez/2008**